



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SABRINA LAÍSSE FERREIRA DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UMA EXPERIÊNCIA
PEDAGÓGICA NA ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA**

Brasília – DF, 2015.

SABRINA LAÍSSE FERREIRA DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UMA EXPERIÊNCIA
PEDAGÓGICA NA ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA**

Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr^a Sônia Marise Salles Carvalho.

Brasília – DF, 2015.

SABRINA LAÍSSE FERREIRA DA SILVA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA

Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho.

Aprovado em ___/___/___

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professor Dr. José Luiz Villar Mella (examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Dr.^a Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família que são minha força maior e motivação para a minha formação no curso em Pedagogia da Universidade de Brasília.

Aos meus irmãos Ana Paula, Gabriel, Caio e ao meu pai Glaucio, pela paciência e compreensão durante minha trajetória na universidade. Eles foram os que mais me ouviram reclamar dos estresses do dia a dia e da faculdade, e foram de extrema importância na minha vida me dando o total apoio e ajudando no que fosse possível para conseguir concluir o curso.

Aos amigos que fiz na Universidade de Brasília e no curso de Pedagogia, que me acompanharam durante minha caminhada na universidade, e contribuíram de alguma forma para a minha formação.

Às pessoas que estiveram comigo pelos campos onde atuei que contribuíram para a minha formação me dando oportunidades de ter o contato com a realidade da escola e da educação, me proporcionando uma dimensão de conhecimentos que contribuíram para minha formação profissional como também pessoal.

Em especial a minha orientadora, Sônia Marise Salles Carvalho, pela dedicação e paciência. Por ter sido uma pessoa muito importante para minha formação, pois me trouxe muitas contribuições no curso, inclusive para as minhas perspectivas futuras.

“Esta vem sendo uma preocupação que me tem tomado todo, sempre - a de me entregar a uma prática educativa e a uma reflexão pedagógica fundadas ambas no sonho por um mundo menos malvado, menos feio, menos autoritário, mais democrático, mais humano. ” (Paulo Freire, 1993, p. 30)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é referente ao relato de experiência no Projeto Economia Solidária e Educação visando compreender a prática da educação popular no campo da escola pública. A experiência no Projeto Economia Solidária e Educação, se fez a partir dos projetos 3 e 4 inseridos no currículo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, com isso, este trabalho consta de uma fundamentação teórico-prática sobre os projetos no curso de Pedagogia, tal como, sobre o Projeto Economia Solidária e Educação que foi desenvolvido na Escola Classe 66 de Ceilândia. Aproximando a experiência no Projeto Economia Solidária e Educação à perspectiva da educação popular, numa abordagem metodológica de pesquisa-ação, este estudo incluí aspectos da educação popular, buscando entender sua inserção no contexto de uma escola pública, compreendendo sua prática como um processo educativo que prevê a formação para a cidadania.

Palavras-chave: Educação Popular; Projeto; Escola Pública; Formação Cidadã.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PARTE I – MEMORIAL	10
MEMORIAL	11
PARTE II – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NUMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA	18
CAPÍTULO 1 – O CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POR PROJETOS	19
CAPÍTULO 2 – RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO PROJETO ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO	32
2.1 A pesquisa-ação	32
2.2 Contexto da pesquisa	38
2.3 Resultados da pesquisa	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	63
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	64
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A	67
Roteiros da entrevista com a diretora	67
Roteiros da entrevista com a equipe pedagógica/coordenação	67
Roteiros da entrevista com os alunos do 4º e 5º anos.....	68
APÊNDICE B	69
Roteiro do questionário aplicado aos professores	69

APRESENTAÇÃO

O presente estudo é estruturado em três partes. A primeira delas consta o memorial, que é o relato da minha trajetória escolar e acadêmica destacando os pontos significativos que contribuíram para a minha graduação. Na segunda parte estão os capítulos, divididos em dois momentos, que consistem em um relato de experiência. E, após os capítulos ainda na segunda parte aponto as considerações finais do trabalho.

Já na terceira parte, tem as perspectivas futuras onde exponho as minhas reflexões e ações futuras enquanto pedagoga. Logo, por conseguinte, há as referências utilizadas ao longo do trabalho e os apêndices, com os roteiros das entrevistas e os questionários.

No primeiro capítulo, apresento uma fundamentação teórica sobre a formação por projetos como proposta no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) e a relação da universidade com a escola, que são os elementos quais fundamentaram a minha experiência no Projeto Economia Solidária e Educação.

No Projeto Economia Solidária e Educação, pude desenvolver os projetos 3 e 4, que se incluem no currículo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/Universidade de Brasília (FE/UnB). Esses projetos visam uma formação articulada do ensino, a pesquisa e a extensão, e através deles o estudante conduz sua prática pedagógica nos diversos campos pedagógicos.

Os projetos na formação do Pedagogo, tratam da relevância da relação entre a FE/UnB com outras instituições de ensino em prol de seus interesses e necessidades, onde os estudantes de Pedagogia têm a oportunidade de atuarem para atendê-las, tendo uma interação da teoria com a prática na sua formação. Dessa forma, portanto, foi que o Projeto Economia Solidária e Educação teve seu desenvolvimento na Escola Classe 66 de Ceilândia, a partir da culminância dos projetos no curso de Pedagogia da FE/UnB.

A relação da Escola Classe 66 com a FE/UnB se deu a partir de necessidades e interesses por parte da universidade em consonância com a escola, com uma demanda de desenvolvimento do projeto aos sábados a partir de uma proposta de cidadania na formação das crianças, alunos da escola, numa perspectiva da educação popular.

A relação da universidade com a escola se deu no contexto da extensão universitária, qual é compreendida na formação do pedagogo como eixo importante, pois integra a pesquisa e o ensino. E, desta forma, proporciona aos graduandos, um campo que traz a relevância da

dimensão teoria e prática na formação que envolve a intervenção do estudante na realidade social a partir da articulação ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, a minha experiência no Projeto Economia Solidária e Educação foi concretizada nesta perspectiva. Assim, a Escola Classe 66 de Ceilândia, foi escolhida para a realização desse estudo por ser a escola onde tive a vivência dos projetos e buscou, portanto, com a prática da educação popular, compreender a formação humana dos estudantes num contexto da cidadania e da transformação social.

Logo, no segundo capítulo, é descrito o Projeto Economia Solidária e Educação e como ele se desenvolveu na Escola Classe 66 de Ceilândia. Nesse momento do trabalho, é apresentado também a metodologia e a análise dos dados que resultou nesta pesquisa, qual se realizou a partir das minhas experiências no Projeto Economia Solidária e Educação.

Assim, esta pesquisa visou analisar a partir da minha experiência, o Projeto como alternativa de formação cidadã na escola pública na perspectiva da educação popular e o papel do professor nesse contexto. A metodologia para esse estudo teve os instrumentos da pesquisa-ação, e também das observações, questionários e entrevistas realizadas com os alunos, professores e direção da Escola Classe 66.

A partir destes pressupostos a pesquisa tem como objetivo geral, analisar os desafios e perspectivas do Projeto Economia Solidária e Educação na escola. E seus objetivos específicos são: analisar a perspectiva da educação popular no contexto da Escola Classe 66 de Ceilândia a partir do projeto, identificar pontos relevantes dos projetos sociais na escola pública, compreender o papel do professor e da escola no contexto de uma formação cidadã dos alunos.

Visto a necessidade de mudanças na escola pública e de transformações na sociedade, a partir da experiência no Projeto Economia Solidária e Educação, essa pesquisa procurou entender, assim, as reflexões sobre o papel da escola e as questões da cidadania como formação na educação escolar, onde a escola tendo a educação popular como prática, busca atender as necessidades e os interesses dos alunos.

Assim, esta pesquisa ao ponderar a experiência pedagógica no Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 de Ceilândia, visa compreender a educação popular como prática na escola pública a partir de projetos socioeducativos.

PARTE I
MEMORIAL

MEMORIAL

Nasci no dia 9 de julho de 1994, em Ceilândia, cidade a qual resido até hoje. Meus pais são separados e tenho 3 irmãos, sendo um deles apenas por parte de pai. E, atualmente, moro apenas com meu pai e dois dos meus irmãos.

O meu pai foi a pessoa que mais me inspirou e deu motivos para seguir uma carreira escolar. Ele sempre falava que estudar era preciso para podermos construir nosso futuro profissional. Tenho a presença do meu pai bastante marcante durante toda minha vivência na escola e também na faculdade, pois ele procurou na medida do possível estar sempre presente me dando forças para minhas conquistas, como o acesso à universidade.

Sobre minha trajetória escolar, estudei sempre em escolas públicas de Ceilândia, nunca obtive índices de insatisfação ou reprovação. Nas séries iniciais, como meu pai trabalhava o dia todo ele pagava uma van escolar para me levar e buscar na escola, já por volta dos 10 anos comecei a ir para a escola sozinha. Desde então, até o ensino médio ia junto com meus irmãos à escola, como estudávamos em escolas diferentes, no caminho deixava-os cada um na sua escola e ia para a minha.

Desde meus 10 anos, além de acompanhar meus irmãos até a escola, cuido deles e da casa enquanto meu pai está no trabalho. Assim, cuidando dos meus irmãos, fez com que eu me preocupasse com a escolaridade deles, procuro fazer o mesmo que meu pai fez, eu motivo eles a estudarem para alcançar o que eles querem. E a minha presença na escolaridade deles, é significativa, porque eu que vou à escola sempre quando meu pai não pode ir, em reunião de pais e outros eventos.

Não tenho muitas recordações marcantes da minha trajetória escolar, lembro-me que ela foi bastante conturbada por questões familiares que envolvem a separação dos meus pais e a ausência da minha mãe, no entanto, não deixei que isso prejudicasse meu desempenho na escola.

No meu Ensino Fundamental, tanto nas séries iniciais como finais, não obtive notas baixas nem reprovações, sempre fui tida pelos professores como uma aluna destaque. E durante o Ensino Médio, não foi muito diferente, porém as dificuldades foram maiores, principalmente, no último ano.

O meu Ensino Médio foi significativo nos projetos que participei na escola. Ao final de

cada ano a escola tinha como proposta um projeto de literatura e arte, onde cada turma fazia uma apresentação teatral de um livro do PAS (Programa de Avaliação Seriada). As minhas apresentações foram muito boas, nesses momentos, era que a turma conseguia se unir, pois durante o ano todo a turma era dividida em grupos.

Os projetos de esportes na escola no ensino médio, também foram significantes. Nos três anos do Ensino Médio, fui campeã de queimada e futsal. Esses momentos, que não estavam tão relacionados às matérias disciplinas e, sim a algo extraescolar, era o que mais me dava alegria e motivos para ir para escola.

Durante o Ensino Médio, fiz o curso de inglês no Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia (CILC). Durante o curso aprendi muito com professores maravilhosos e fiz boas amizades. Entretanto, fiquei no curso apenas no período de um ano e meio, pois infelizmente tive que abandonar o curso para estudar na Universidade de Brasília (UnB), pois os horários do curso e da UnB não se ajustavam.

As poucas recordações que tenho da minha trajetória escolar sempre me remetem a conquista. Não é fácil determinar as escolhas futuras e muito menos alcança-las, por isso, o último ano escolar foi difícil para mim. No entanto, o terceiro ano do Ensino Médio é um ano merece destaque.

Em 2011, estava no terceiro ano na escola e, destaco que foi um ano de conquistas para minha família. Havia mais ou menos três anos que estávamos morando com minha vó paterna, por causa das condições financeiras que nos impossibilitou de pagar aluguel. E nesse mesmo ano, após conseguir um estágio no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ajudando financeiramente meu pai, conseguimos comprar nossa casa própria.

Nesse ano de 2011 também, foi quando prestei o primeiro vestibular. Nos anos anteriores já havia realizado o PAS pela UnB, no entanto, não tinha conhecimento e não compreendia a importância de fazer aquela prova. Apenas, já no terceiro ano do Ensino Médio, após uma conversa com uma colega de turma que estudava para o vestibular, foi que surgiu meu interesse pela UnB.

O motivo do meu interesse foi, principalmente, a gratuidade. Sabendo que teria chance de estudar numa faculdade sem pagar nenhuma prestação, fiz de tudo para terminar o Ensino Médio e ingressar diretamente na UnB.

Primeiramente, a escolha do curso foi um desafio, não sabia ao certo o que queria. Assim, comecei a pedir opinião da família e de amigos, sobre um curso que se identificasse

comigo.

A minha escolha do curso não foi simples e fácil, demorei muito até decidir a Pedagogia. Uma única coisa eu tinha certeza queria ser professora, até porque todos que pedia opinião me falavam que desde pequena eu dizia que queria ser professora e que daria muito certo comigo. Todavia, não sabia ao certo, professora de que eu seria. Desta forma, veio a pedagogia que abrange vários conhecimentos, já que não me decidia entre nenhum dos demais cursos de licenciatura.

Sinceramente, ao fazer essa escolha, eu pensei “ser professora de criança?!”, será mesmo? Por que? ”. Por fim, queria passar na UnB e como era um curso dos que eu teria mais chances, após, muita pesquisa e indecisões, optei pelo curso de Pedagogia por estar entre aqueles que teria chance de passar, e era o que mais me identificava.

Fiz o primeiro vestibular, o 2º/2011, para Pedagogia e não passei, porém não desanimei. Sabia que a escola qual estudava tinha um ensino que não proporcionava o conhecimento suficiente para o vestibular da UnB. Portanto, decidi fazer um cursinho pré-vestibular no período noturno, já que estudava pela manhã e estagiava à tarde.

Não tinha condições financeiras para o cursinho, pois ajudava nas despesas de casa, porém minha família colaborou para que eu fizesse. Meu pai procurou ajudar como pode, e eu fiz de tudo para conseguir pagar o cursinho. Contudo, recebi o apoio dos meus padrinhos que me ajudaram a pagar parte das prestações finais do cursinho e, ainda após a minha entrada na universidade me deram de presente um notebook que vem sendo muito útil e necessário para a realização de trabalhos e estudos.

Com o cursinho, minha rotina era estudar para o vestibular até nos finais de semana. Queria muito estudar na UnB, pois não tinha condições de estudar em uma faculdade particular mesmo com bolsa.

No entanto, no fim de 2011, prestei o vestibular e fiz a terceira etapa do PAS, em ambos coloquei o curso de Pedagogia, e passei pelo vestibular. Foi uma alegria e tanto, uma conquista que trouxe muito orgulho para minha família e, principalmente, para meu pai.

A minha chegada à Universidade de Brasília, foi um tanto inesperada, não imaginava a dimensão que é o curso de Pedagogia bem como a própria universidade e suas possibilidades de conhecimento.

A universidade como um todo foi relevante na minha trajetória acadêmica, principalmente, para a permanência. Logo, no início do curso ao saber das políticas

socioeconômicas para os estudantes, procurei me inscrever e tive acesso durante toda minha formação à Bolsa Alimentação, onde tive acesso gratuito ao Restaurante Universitário, e à Bolsa Permanência. Estas bolsas foram essenciais para minha permanência na UnB.

Logo, no meu primeiro semestre no curso de Pedagogia, tive a certeza que fiz a escolha certa do curso. As disciplinas Projeto 1 e Antropologia e Educação, foram as que mais contribuíram para essa certeza, me fizeram perceber que iria me formar não para ser “professora de criancinhas”, mas sim uma pedagoga qualificada para atuar junto aos espaços educativos diversos.

No segundo semestre do curso descobri um campo da Universidade, qual me identifiquei e que me fez ter outra visão da minha formação em Pedagogia, o campo da extensão. Desde então, desvelou-se o meu interesse em trabalhar junto a comunidades, com objetivos, de buscar a transformação social.

Entretanto, desde o primeiro semestre, comecei a perceber questões da educação que me incomodava. Sempre fui crítica e inquieta com as problemáticas da sociedade, e na faculdade pude ter isso ainda mais presente, por conseguinte, vi que na Pedagogia eu teria grandes chances de atuar profissionalmente para a transformação social.

Esse meu interesse, veio a partir de reflexões dos conhecimentos teóricos estudados até o segundo semestre no curso. E, também a partir das reflexões da vivência no cotidiano da realidade social em relação à educação, que hoje é posta num contexto da globalização e das desigualdades sociais, quais tive antes na escolarização e após na universidade.

Isso mostra a consonância da relação teoria e prática no curso, onde ela sempre esteve presente na minha formação universitária, diante meu interesse pela extensão. A partir disso, desde o segundo semestre, busquei participar de projetos sociais através da extensão na UnB.

O primeiro projeto de extensão que participei foi Educar Dançando. Nesse projeto, desenvolvia atividades com crianças da cidade Estrutural do DF, trabalhava no auxílio das aulas de balé e exercícios físicos. O Educar Dançando, foi uma experiência e tanto, foi meu primeiro contato com crianças atuando como professora. Nesse Projeto fiquei por cerca de 1 ano.

Participei também do Projeto Economia Solidária e Educação na comunidade do Sol Nascente em Ceilândia. Esse Projeto faz parte do currículo do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, mas também tem como elo a extensão universitária.

Ressalto, a experiência que tive no Projeto Economia Solidária e Educação, pois foi

uma área pedagógica qual me identifiquei e foi onde desenvolvi os projetos 3 e 4 do currículo do curso de Pedagogia, e também o projeto 5 que está relacionado ao meu tema de estudo do trabalho final de curso.

Do terceiro ao sexto semestre estive envolvida no Projeto Economia Solidária e Educação, participando e pesquisando. O Projeto foi desenvolvido na Escola Classe 66 de Ceilândia no Sol Nascente, onde estive tendo como prática pedagógica através de um projeto social, atividades e oficinas com crianças da comunidade com ênfase nas questões da cidadania.

A minha prática pedagógica no Projeto esteve sempre na perspectiva da educação popular, que é uma área educativa que teve bastante envolvimento através dos projetos de extensão.

A educação popular é uma concepção de educação que para, entre outros autores, principalmente, o Paulo Freire, é uma prática de educação que visa a transformação social a partir dos conhecimentos populares, a partir da própria realidade daquela comunidade ou outro contexto qual o educador atua nessa perspectiva.

Assim, com o Projeto Economia Solidária e Educação, pude atuar no campo social da Pedagogia, visando trabalhar junto as crianças a realidade delas que, também é uma realidade minha por morar em Ceilândia e próximo a Escola Classe 66 e, com isso, pude perceber as reais necessidades delas e como tratar disso através do Projeto.

O Projeto na comunidade do Sol Nascente proporcionou uma aprendizagem recíproca enquanto atuava com as crianças, elas aprendiam com a gente e nós aprendíamos com elas. O projeto me mostrou a relevância da relação teoria e prática na formação, tal como, a importância da extensão como um eixo de formação importante para compreender a função social da escola e atuação do pedagogo nessa perspectiva.

No sexto semestre do curso, participei também por meio da extensão na universidade, do Projeto Assistencial Sementes da Esperança (PASES). Esse Projeto é uma organização não governamental, localizada no Incra 9 de Ceilândia, qual a experiência lá vivenciada foi de tamanha contribuição para minha formação. Durante o período que fiquei lá, desenvolvemos atividades socioeducativas com crianças e adolescentes na perspectiva da educação popular.

O voluntariado é algo que me identifiquei durante minha graduação, desenvolver atividades socioeducativas em todos esses projetos foi muito gratificante e prazeroso, foi um acréscimo de conhecimento que tive não apenas na formação acadêmica como também

pessoal.

Ainda no sexto semestre, descobri outro campo de formação na Universidade, o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). O PIBID é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa oportunizar ao estudante de licenciatura a atuação em escolas públicas com objetivo de valorizar a formação de professores da educação básica.

Desde então, entrei como bolsista no PIBID onde estive atuando em duas escolas. Inicialmente estive na Escola Classe Varjão, fiquei nessa escola seis meses numa turma de 2º ano. A minha experiência no Varjão, envolveu intervenções individuais e grupais com alunos que estavam com dificuldades no processo de alfabetização e também o auxílio a professora com a turma nas atividades diversas.

E atualmente, no sétimo semestre, estou na Escola Classe 405 Norte. Nesta escola estou numa turma de 3º ano acompanhando as atividades com alunos autistas inclusos na turma.

Ambas as escolas foram importantes para minha formação, apesar de experiências pedagógicas e contextos distintos, nelas pude perceber as diferenças e semelhanças entre a escola particular e a pública, o papel do professor e a contextualização das problemáticas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

O PIBID representa para mim, a prática na minha formação em Pedagogia, com isso, torna-se um acréscimo de conhecimento, qual é fundamental para a compreensão da educação básica pública. Acredito ser essencial o exercício da prática do ensino numa escola pública durante a formação, pois com o PIBID a prática vai além da docência e faz entender todo o funcionamento e o contexto da escola da rede pública no DF. Sendo importante, principalmente, para quem quer atuar profissionalmente nessa área.

Durante minha formação acadêmica no curso de pedagogia, procurei estágios em escolas particulares, porém não fiquei por muito tempo. A pouca experiência que tive me fez perceber que a desvalorização do professor nas séries iniciais começa pelos estágios, pois a partir da minha experiência vi que, geralmente, as escolas particulares confundem muito a profissão do Pedagogo e, principalmente, do estagiário. Portanto, as escolas particulares que passei não me trouxeram interesse nem motivação qualquer para atuar na rede de ensino particular.

No entanto, atuando em projetos e em escolas públicas através do PIBID, pude

caminhar minha formação buscando compreender essas duas áreas de atuação pedagógica de forma articulada.

O meu engajamento em projetos sociais durante o curso e, principalmente, no desenvolver dos meus projetos 3 e 4, foi que despertou meu interesse pela área da educação popular, que é um campo da Pedagogia que discute a prática libertadora e emancipatória da educação e, ainda pouco abordado no contexto escolar. A partir disso, tendo atuação em escola pública compreendendo todo o seu contexto real, pude analisar uma relação possível entre esses dois campos.

No Projeto Economia Solidária e Educação já pude vivenciar essa relação, a partir da minha experiência na Escola Classe 66. O projeto compreendia, na perspectiva da educação popular, o contexto social da escola com objetivos de formação humana e o conjunto das questões da cidadania articulados à proposta de educação da escola.

Assim, a partir dessas experiências vivenciadas e das reflexões na minha formação acadêmica, comecei a perceber a importância da função social da escola posto ao contexto da realidade atual. E, como a prática da educação popular na escola pública pode contribuir para o papel social do professor diante da perspectiva de educação voltada para a formação cidadã e humana dos alunos.

Contudo, o meu trabalho final de curso se desenvolveu nesse contexto. Com as experiências dos projetos e minha vivência na escola pública, percebi o campo da educação popular como um instrumento de formação cidadã dos alunos e de uma educação emancipatória.

Desse modo, o desenvolvimento do interesse pelos estudos que sistematizo, se identifica com a compreensão do papel social da escola, no sentido, de que instrumentos na escola que visam as necessidades e os interesses dos alunos é fundamental e, se isso pode se dar através da perspectiva da educação popular em projetos sociais.

Nesse sentido, na relação entre a escola e a sociedade, compreendo que a educação escolar pode se tornar essencial e ter sentido na vida do aluno, vejo nos projetos sociais uma alternativa de suprir o que a escola geralmente não faz, que é a formação humana dos estudantes.

PARTE II

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NUMA
ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UMA EXPERIÊNCIA
PEDAGÓGICA NA ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA**

CAPÍTULO 1 – O CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POR PROJETOS

Neste capítulo, é relatado um breve histórico do curso de Pedagogia no Brasil e o contexto do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília. Compreendendo, assim, o Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, tendo os projetos como proposta de formação do Pedagogo.

Em seguida, descrevem-se os projetos e como eles se dão no curso de Pedagogia, apresentando-se reflexões acerca da formação universitária e seus aspectos referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, destacando este último, como fundamental para a relação entre a universidade e a sociedade, entendendo nessa perspectiva, a minha experiência no Projeto Economia Solidária e Educação.

Para compreendermos o atual Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, é necessário entendermos a pedagogia e a educação como seu objeto de investigação, como também o contexto histórico do curso de Pedagogia no Brasil.

O curso de Pedagogia no Brasil já teve várias vertentes e dimensões educativas diversas, assim conforme a sociedade foi evoluindo o curso sobreveio de mudanças a cada época de acordo com o desenvolvimento social e o contexto histórico.

Compreendendo, deste modo, o contexto do curso de Pedagogia no Brasil, a Pedagogia se universaliza apenas no século XX onde ela se enriquece com as relevantes contribuições da antropologia na qual deriva o multiculturalismo, e passa-se a conhecer um pluralismo de modelos educativos e pedagógicos. E esse movimento não para, até a primeira década do século XXI, com isso, mudanças estão sempre surgindo na Pedagogia.

As mudanças no curso de Pedagogia no Brasil, envolvem a dimensão da educação com a ampliação dos estudos e pesquisas da natureza e a validade dos saberes pedagógicos, com isso, simultaneamente, a esse processo de escolarização vai evoluindo a pedagogia. Logo, “a história dos estudos pedagógicos, do curso de Pedagogia, da formação do pedagogo e de sua identidade profissional está demarcada por certas peculiaridades da história da educação brasileira desde o início do século [...]” (LIBÂNEO, 2002, p. 47).

Segundo Saviani (2008), o curso de Pedagogia no Brasil teve sua origem a partir da criação da Faculdade Nacional de Filosofia, sendo inicialmente um curso de bacharelado com

duração de três anos. No entanto, existia também a possibilidade de fazer a licenciatura sendo necessário cursar as disciplinas de didática geral e didática especial, para então, torna-se professor.

Assim, essa proposta do curso de Pedagogia, teve seu currículo fechado sem a devida relação com a educação. Logo, o perfil do pedagogo era entendido como um técnico em educação.

Por meados dos anos 60, o curso de Pedagogia foi definido como bacharelado e licenciatura, ambos juntos, com duração de quatro anos. O currículo foi mantido de forma geral, ainda sem a especificidade do campo de trabalho. Com a Resolução de nº 2/69, o curso de Pedagogia passou a ser na forma de habilitações, divididas em modalidades: orientação educacional, administração escolar, supervisão escolar e inspeção escolar. De acordo com Saviani (2008, p. 49), essa Resolução diz que:

[...] a capacitação profissional do pedagogo inclui o exercício das funções correspondentes às habilitações cursadas; o exercício do magistério no ensino normal das disciplinas tanto das habilitações específicas como da parte comum, desde que a duração do curso tenha sido de pelo menos 2.200 horas; e o exercício do magistério na escola de 1º grau, desde que tenha cursado a habilitação Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais e tenha estudado a respectiva metodologia e prática de ensino.

Com o desenvolvimento social e econômico do país o curso de Pedagogia ampliou-se assim como a organização pedagógica nas escolas foi se difundindo. Neste momento, o curso de Pedagogia, intensificava uma tendência da educação como fator de desenvolvimento, com isso, a formação em Pedagogia passa a ter o trabalho profissional como o campo teórico - investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na sociedade.

A partir dos anos 90, tendo a formação de professores apenas em nível superior, com a extinção do magistério e também das modalidades, com isso, o curso de Pedagogia começa numa nova perspectiva de ser único sem as devidas especificidades.

As concepções de pedagogia ao longo da história brasileira são refletidas na educação e vice-versa. Desta forma, para entender o curso de Pedagogia no Brasil é essencial entender também a educação, onde ambas estão articuladas. Assim, segundo Libâneo (2002) é fundamental entender a pedagogia como teoria e prática da educação onde a prática pedagógica perpassa toda a sociedade.

No Brasil, a formação dos pedagogos, a identidade profissional e o campo de

conhecimento pedagógico ainda estão em constante discussão. E isto implica um panorama do curso de Pedagogia que envolve aspectos que visam, primeiramente, o entendimento amplo do objeto de estudo da pedagogia enquanto prática educativa.

O curso de formação do pedagogo no Brasil é bastante amplo, nesse sentido, a estrutura do curso implica entendimentos a respeito de seu objeto de estudo e a identidade do profissional qualificado para atuação no contexto educacional. Assim, seu contexto engloba esta concepção de pedagogia, considerando as fortes influências da sociedade onde a prática pedagógica, de diferentes formas, está sempre presente.

Compreendendo a Pedagogia como campo de investigação e prática educativa tem-se uma expansão da atuação profissional. Entretanto, é um paradoxo o campo de atuação do Pedagogo bem como a sua identidade e, com isso, os cursos de Pedagogia no Brasil, hoje, visam à busca constante por mudanças e reformulações em seus currículos.

Atualmente, os cursos de graduação em Pedagogia têm suas finalidades e estruturas curriculares baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, qual orienta e legisla a organização do curso de Pedagogia no Brasil.

As Diretrizes Curriculares apontam, dentre seus objetivos, para a formação de professores para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na gestão e organização escolar, e em outras áreas de conhecimentos pedagógicos.

E quanto a formação de licenciatura em Pedagogia, as Diretrizes Curriculares prevê, entre outros aspectos, o conhecimento do contexto da escola como papel social com formação para cidadania. Sendo assim, no curso são proporcionados conhecimentos teóricos e práticos que favoreçam esse conhecimento, bem como, uma formação que integre uma perspectiva de compreender o processo educativo e seu contexto social.

Segundo Saviani (2008, p. 152):

Tomando a história como eixo da organização dos conteúdos curriculares e a escola como lócus privilegiado para o conhecimento do modo como se realiza o trabalho educativo, será possível articular, num processo unificado, a formação dos novos pedagogos em suas várias modalidades [...]

O que se discute no curso de Pedagogia no Brasil hoje é, principalmente, a identidade e o campo de atuação. A formação do licenciado em Pedagogia implica uma ampla área de conhecimento que vai muito além da prática escolar. O curso de Pedagogia deve propor o respeito a diferentes concepções teóricas e metodológicas e as práticas que compreendem um

pedagogo em ambientes escolares e não escolares. Dessa forma, implica compreender a Pedagogia como prática educativa.

A atuação dos profissionais da educação, dos pedagogos, traz muito desafios ainda. No entanto, os cursos de Pedagogia no Brasil vêm implantando a perspectiva atual do curso, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, no sentido amplo de formação do Pedagogo para os conhecimentos pedagógicos de uma educação como um todo no sentido de seu desenvolvimento enquanto prática social.

Com o desenvolvendo socioeconômico e as novas legislações para o curso de Pedagogia no Brasil, as Universidades e Faculdades reformularam seus currículos. Os cursos deixaram de ter as habilitações como base de formação tendo agora um curso sem especificidades, com a formação geral de licenciatura em Pedagogia.

Em decorrência disso, e das consequências da globalização e da reestruturação social que refletiram para mudanças no curso de Pedagogia no Brasil, o Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) prevê uma nova educação e um novo tipo de pedagogia. Contudo, o Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia da FE/UnB foi formulado, apontando as mudanças atuais de curso de Pedagogia tal como seus princípios e sua proposta curricular.

Visando as necessidades e demandas do público ingresso no curso de Pedagogia da FE/UnB, o Projeto Acadêmico vem sendo articulado e discutido com propostas ainda a serem concretizadas. Entretanto, ele teve sua versão preliminar elaborada em 2012 e, atualmente passa por processo de aprovação, sendo discutido com a comunidade da Faculdade de Educação.

O Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia da FE/UnB trata sobre os pontos de atuação do Pedagogo em locais propriamente institucionalizados, ditos de ensino/aprendizagem como em outras áreas da educação. Assim, conforme Libâneo (2002) destaca, o Pedagogo tem atuação e investigação não apenas nas práticas escolares como também em outros campos, visto que, a educação pode ocorrer em vários lugares, de diferentes formas, no cotidiano, e não apenas no ensino escolar.

O Projeto do curso de Pedagogia da FE/UnB prevê a docência como base na formação do pedagogo, entretanto, não apenas a formação docente é o foco do curso. A docência é uma das áreas de atuação do Pedagogo, sendo seu conhecimento essencial para as demais práticas educativas, porém, deve-se compreender na formação do pedagogo que “todo trabalho

docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente”. (LIBÂNEO, 2002, p. 39).

Assim, para Libâneo (2002) o pedagogo é qualificado para atuar em vários ambientes educativos além da docência, em espaços escolares e não escolares, para atender as demandas socioeducativas. Contudo, a docência deve ser um dos eixos de formação nos cursos de pedagogia, mas tendo como base de formação a teoria e a prática que fomentam a identidade profissional do pedagogo.

O curso de Pedagogia pode ter como base a formação docente, porém o curso não deve reduzir-se à docência. Assim sendo, o Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia da FE/UnB prevê além da formação docente, a formação do pesquisador educacional, e também formar o profissional qualificado para trabalhar em ambientes não escolares e em áreas não docentes dentro de instituições de ensino. Contudo, a docência é a formação básica, podendo ser complementada e aprofundada de acordo com os interesses do próprio estudante ao longo do curso.

Entretanto, compreendendo o campo de atuação do Pedagogo composto pela docência, gestão e a pesquisa. O Projeto Acadêmico proporciona conhecimentos para avaliação e análise do espaço educativo e a organização do trabalho pedagógico. Formando, assim, pedagogos para o exercício de atividades pedagógicas em todas as áreas da educação.

O curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, é oferecido no diurno e no noturno com duração de quatro anos, podendo ser ampliado conforme as condições dos alunos. O curso propõe formar para a atuação da prática educativa nos diversos espaços escolares como também não escolares, contemplando as diversas áreas do conhecimento.

A estrutura do curso de Pedagogia propõe conteúdos com contextos históricos e socioculturais através de uma diversificação na formação, com vivências de prática através dos princípios de ensino, pesquisa e extensão. Nessa concepção, o curso de Pedagogia da FE/UnB articula conhecimentos culturais, históricos, sociológicos, psicológicos, filosóficos e entre outros, fazendo a correspondência teoria e prática.

Saviani (2008) ver a estrutura do curso de Pedagogia como uma articulação entre as várias abordagens da educação, e o Projeto do curso de Pedagogia da FE/UnB aborda muitos aspectos relacionados a essa perspectiva. São várias as concepções desde históricas, psicológicas até filosóficas abordadas no curso de Pedagogia, favorecendo o estudante quanto à amplitude da educação e de sua diversidade no campo de atuação, numa articulação entre

ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Pedagogia da FE/UnB remete a concepções com fins de formar estudantes capazes de fazer e pensar a prática pedagógica para intervir nos contextos sociais onde for atuar. E também, profissionais comprometidos com sua atuação e a formação continuada.

Deste modo, o perfil do graduando em Pedagogia pela FE/UnB compreende a docência como atuação em espaços escolas e não escolares bem como a atuação no processo educativo nas relações professor-aluno e ensino-aprendizagem. E a atuação nos diversos campos de teor pedagógico que não a docência.

A Pedagogia, nesse sentido, proporciona uma formação ampla com possibilidades de aprofundamento, por parte dos graduandos. Por conseguinte, o graduado em Pedagogia poderá estar apto à ética e compromisso, ao respeito pelas diferenças, relacionar os meios de comunicação, facilitar relações entre a instituição, a família e a comunidade, identificar problemas socioculturais e educacionais, compreender a diversidade e fortalecer o desenvolvimento e a aprendizagem.

Nessa perspectiva, um dos princípios abordados no Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia na FE/UnB, é quanto a formação do pedagogo qual compreende o trabalho pedagógico realizado na prática educativa. Nesse sentido, o curso de pedagogia da FE/UnB tem como um de seus princípios a correlação entre teoria e a prática de forma dialética. Para Saviani (2008, p. 126):

Teoria e prática são aspectos distintos e fundamentais da experiência humana. Nessa condição, podem, e devem ser consideradas na especificidade que as diferencia uma da outra. Mas, ainda que distintos, esses aspectos são inseparáveis, definindo-se e caracterizando-se sempre um em relação ao outro [...]

Deste modo, a teoria e a prática reúnem juntas aspectos importantes e necessários para a formação do pedagogo, numa articulação da realidade com a fundamentação teórica, num processo de conhecimento compreendendo, assim, a pedagogia como uma prática social.

Assim, o curso de pedagogia da FE/UnB prevê a autonomia e a reflexão da prática educativa a partir dos conhecimentos explorados nas disciplinas obrigatórias e optativas, tendo por objetivo proporcionar reflexões aos estudantes com as principais abordagens da educação, na perspectiva da correlação teoria e prática.

Nesse contexto, a universidade envolve questões curriculares que articulam a teoria e a prática nos elos da pesquisa, do ensino e da extensão. Esses elos são meios de formação

universitária, que juntos no curso de Pedagogia da FE/UnB proporcionam a ampliação dos saberes pedagógicos.

No sentido da prática na formação, a extensão é o principal elo. Através dela a universidade viabiliza uma relação com a sociedade e, essa relação torna-se fundamental, à medida que, a responsabilidade social da universidade abrange os desafios e as condições sociais que instigam a transformação social.

A relação universidade e sociedade, nesse sentido, se dá por meio da extensão universitária compreendendo a importância da teoria e a prática inter-relacionadas como aspecto de formação no curso de Pedagogia da FE/UnB. No entanto, a extensão se articula ao ensino e a pesquisa e, dessa forma, oportuniza ao estudante a vivência da prática educativa nos diversos segmentos sociais e pedagógicos.

O Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia, faz a articulação da extensão na perspectiva da relação teoria e prática, visando à formação de um futuro profissional capaz de intervir na realidade assumindo no curso o compromisso com a democracia. E assim, compreender que o Pedagogo é aquele que tem uma atuação profissional crítica buscando sempre a realização individual e coletiva.

Segundo, Nunes e Silva (2011, p. 126):

[...] A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, esse saber retorna à universidade testado e re-elaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

A extensão universitária, indissociável do ensino e da pesquisa, é um elo entre a universidade e a sociedade. Ela possibilita uma troca de saberes, entre o acadêmico e a comunidade, qual a universidade se insere. Nesse sentido, a universidade compreende a formação para além da sala de aula, onde o pedagogo atua junto à comunidade a partir das reflexões dos conhecimentos aprendidos no curso e com a prática por meio da extensão.

A formação do Pedagogo, nessa perspectiva, envolve a extensão como meio de intervir na realidade dos diversos fatores educacionais. Contudo, o estudante de Pedagogia pode oferecer conhecimentos e assistência à comunidade qual atua conforme as necessidades dela, e em troca ele aprende os saberes populares daquela comunidade quais são essenciais

para sua atuação profissional. E isso, mostra a extensão universitária como um viés fundamental, enquanto prática na formação do pedagogo.

Entretanto, a extensão universitária é relacionada diretamente à população e à comunidade, onde o estudante de Pedagogia atua para ajudar ou prestar assistência. Contudo, ressalta-se que o assistencialismo por meio da Universidade não é referente a uma simples assistência, ele busca o diálogo e a construção do ser crítico. Assim, compreende-se o que Freire (1975, p. 57) diz:

“O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica.”

O curso de pedagogia da FE/UnB tem como objetivo a atuação dos pedagogos para a transformação social, desde a graduação, a partir da compreensão da sua responsabilidade de intervir junto à sociedade qual pertence, percebendo as carências dos processos educativos perante os fatores culturais, históricos e sociais. De acordo com Nunes e Silva (2011, p. 121):

O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes. Através de projetos sociais, a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A universidade, assim, desenvolve políticas públicas educacionais para a sociedade, principalmente, dos excluídos pelo poder público que é bastante precário ou praticamente ausente, com isso, visa desenvolver políticas sociais junto às comunidades conforme suas necessidades e interesses.

Essas políticas sociais desenvolvidas pela universidade não deixam de ser públicas, porém não são implantadas pelo governo ou pelo estado, e sim partem da relação da universidade com a comunidade e, assim, seus atores buscam políticas para atender os seus interesses, de tal modo, que o estado não prioriza.

As políticas públicas adotadas pela Faculdade de Educação/UnB são desenvolvidas, por exemplo, por meio de projetos sociais ou parcerias junto às escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, aos hospitais, organizações não governamentais e outros órgãos.

Assim, o curso de Pedagogia da FE/UnB, é propiciado nesse contexto através dos

projetos, com uma formação que visa os aspectos da universidade, o ensino e a pesquisa, quais interligados a extensão prevê vivências concretas da prática educativa, em espaços escolares e não escolares.

As relações entre a FE/UnB e a sociedade, mostra a importância de um curso que forme profissionais para atuar com a prática educativa, visto à realidade social. Através dos projetos a parceria que se dá entre a universidade e a escola pública, por exemplo, é algo que com a reflexão da relação teoria e prática favorece tanto os estudantes de pedagogia como os sujeitos da escola.

O estudante através dos projetos pode ter a ação e a reflexão da prática educativa na escola pública, porém, não apenas na perspectiva da docência tida como prática educativa e elemento de formação na escola. Outros conhecimentos pedagógicos e áreas de atuação do pedagogo podem ser compreendidos no contexto escolar de educação formal.

Assim, Saviani (2008) compreende que a partir dos pressupostos da educação, não é possível compreendê-la sem se remeter a escola. Observa-se então, que se deve ter a realidade da escola como processo de formação do pedagogo, pois ela se tornou o espaço dominante da educação. Desta forma, o pedagogo que se forma no espaço da escola estará capacitado para compreender todas as formas de prática pedagógica, e aprenderá os aspectos reais da educação.

Os projetos no curso de Pedagogia da FE/UnB são articulados ao ensino, pesquisa e a extensão, que são norteadores na formação prático-teórica. Essa articulação se dá forma interdependente no contexto da universidade, com isso, os projetos na sua estrutura curricular do curso de pedagogia são caracterizados no espaço não disciplinar.

Assim, os projetos abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão como meios de formação, proporcionam ao estudante o desenvolvimento de suas competências profissionais tendo como eixo a práxis, ou seja, a reflexão sobre a ação e também a ação sobre a reflexão. Logo, a concepção de Freire (2005) nos remete a práxis como a reflexão e ação do sujeito numa perspectiva de transformação social.

A relação teoria e prática, tal como a práxis, são princípios norteadores na formação por projetos do curso de Pedagogia pela FE/UnB. Assim, a articulação do ensino, pesquisa e extensão é importante para a formação do pedagogo, quanto a amplitude do seu campo de atuação profissional.

Os desdobramentos do curso de Pedagogia da FE/UnB visam através dos projetos, que

os docentes articulem junto aos alunos a prática pedagógica, de modo que, os estudantes de Pedagogia tenham conhecimento das várias abordagens da educação. De acordo com Saviani (2008, p. 152):

[...] De um curso assim estruturado se espera que irá formar pedagogos com uma aguda consciência da realidade onde vão atuar, com uma adequada fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfatória instrumentação técnica que lhes possibilitará uma ação eficaz.

Assim, um dos aspectos que os projetos abordam é o conhecimento pedagógico direcionado para a prática educativa dos diferentes contextos de educação escolar e não escolar. Nos projetos, são disseminadas temáticas que abordam a diversidade do campo de atuação do pedagogo como também a diversidade de conhecimentos pedagógicos. Com essa proposta o curso traz uma variedade de oportunidades para a atuação dos pedagogos no mercado de trabalho.

Contudo, os projetos proporcionam uma formação qualificada e ampla da pedagogia, pois articula a teoria com a prática e vice-versa, conseqüentemente, se tem através dos projetos uma orientação acadêmica e profissional.

Os projetos acontecem desde o início do curso, divididos em etapas e sub etapas, que encaminham para o trabalho final do curso e/ou monografia de forma contínua. Eles também correspondem, em uma de suas etapas, ao estágio obrigatório do curso.

Os projetos são estruturados em cinco momentos, começam desde o primeiro semestre se articulando até o último. Eles são ofertados por área de conhecimento ou campo da Pedagogia, todavia, essa oferta é feita apenas a partir do Projeto 3.

O Projeto 1 – Orientação Acadêmica Integral (OAI) acontece no primeiro semestre, tendo como o objetivo fazer junto aos calouros a orientação acadêmica quanto ao contexto estrutural e físico da UnB, da FE e do curso de Pedagogia. O Projeto 1 é de oferta obrigatória, onde os alunos têm o embasamento teórico para reflexão e compreensão do curso.

No Projeto 2 – Grupo de Estudo e/ou Projeto de Ensino/Pesquisa/Extensão (GEPE), tem-se a continuidade do Projeto 1 quanto a estrutura do curso bem como o conhecimento do Projeto Acadêmico do curso, e busca maior conhecimento quanto a identidade, profissão e áreas de atuação do Pedagogo.

O Projeto 2 é obrigatório e ofertado no segundo semestre, essa fase dos projetos é como uma orientação para as demais fases, quais são divididas por temáticas relacionadas às

diferentes áreas de atuação pedagógica.

Os projetos 1 e 2, fazem parte do processo inicial de formação do Pedagogo pela FE/UnB. Eles estão relacionados à perspectiva teórica do curso, ou seja, ainda não se tem a prática educativa apenas há a inserção do discente no curso de Pedagogia. No entanto, há controversas de que a prática é fundamental desde o início do curso, mas para Saviani (2008, p. 153-154):

[...] Nesse momento, parece mesmo recomendável que eles se distanciem da escola básica; vivam intensamente o clima da universidade; mergulhem nos estudos dos clássicos da pedagogia e dos fundamentos filosóficos e científicos da educação. Com esse preparo estarão municiando-se de ferramentas teóricas que lhes permitirão analisar o funcionamento das escolas de educação infantil e de ensino fundamental, para além do senso comum propiciado por sua experiência imediata vivenciada por longos anos no interior da instituição escolar. A partir daí eles poderá voltar-se para a escola elementar, observando-a, porém, com outros olhos. Poderão, então analisar a prática educativa guiados pela teoria pedagógica, ultrapassando, assim, o nível da doxa (o saber opinativo) e atingindo o nível da episteme (o saber metodicamente organizado e teoricamente fundamentado).

Nesse sentido, é que se profere o Projeto 3 – Projeto ou Subprojetos Individualizados (PESPE), que também é obrigatório e é ofertado a partir do terceiro semestre. Ele é dividido em sub etapas ou fases, 1 2 e 3, sendo está última optativa. Nessas fases de Projeto 3, o estudante de Pedagogia tem, principalmente, a oportunidade de relacionar as teorias aprendidas até então no curso com a prática pedagógica.

A partir dessa fase, têm-se vários projetos específicos ofertados que são coordenados e orientados por professores referentes a cada área, onde os estudantes fazem suas escolhas livremente de acordo com seus interesses, sendo possível a transição nos projetos com temáticas diferentes, ou seja, podendo fazer a escolha de se formar em todas as etapas de um mesmo projeto ou em projetos diferentes cada etapa. O Projeto 3 pode também ter sua dinâmica, separado por modalidades seja de pesquisa, ensino ou extensão.

O Projeto 4 – Subprojeto Individualizado de Prática Docente (SPEPD), também é dividido em fases, 1 e 2. Nessa etapa dos projetos, o estudante tem a oportunidade de adquirir conhecimentos do contexto escolar, neste momento do curso, é orientado ao estudante o estágio obrigatório na escola.

Na primeira fase do Projeto 4, o estudante é orientado quanto ao estágio obrigatório ou a prática docente, de acordo com a concepção do professor que orienta no projeto específico o

qual está matriculado. Já na fase 2, é proposto ao estudante também a prática docente bem como uma pesquisa, a ser realizada, relacionando-a à sua prática pedagógica na fase 1, conseqüentemente, o estudante já tem a possibilidade do encaminhamento para o trabalho final de curso que é a próxima etapa dos projetos.

O Projeto 5, última etapa dos projetos, consiste justamente na finalização dos projetos, com a produção do Trabalho Final de Curso (TFC). Contudo, vale ressaltar, que o Projeto Político Pedagógico do curso de pedagogia, qual está em processo de aprovação, prevê a divisão do Projeto 5 em duas fases.

Nessa fase, o estudante faz seu projeto junto ao seu orientador acadêmico escolhido por ele próprio. O Projeto 5, tem como principal objetivo, que o formando faça em seu TFC a relação de tudo aquilo que realizou nas fases anteriores dos projetos.

A formação do pedagogo por projetos, tal como, o Projeto Político Pedagógico como um todo, ainda demanda uma defasagem no curso de Pedagogia da FE/UnB visto as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. E junto à proposta dos projetos, o currículo atual do curso de pedagogia vem sido discutido conforme as demandas e necessidades da comunidade da Faculdade de Educação.

Os projetos possuem, com isso, ainda muitos pontos a serem discutidos no currículo do curso, por exemplo, quanto a liberdade de escolha dos projetos. Primeiramente, têm-se de um lado estudantes que não se decidem, quanto à qual área de conhecimento pedagógico seguir nos projetos, logo, no início dos projetos como no projeto 3. E de outro lado há pouca oferta, por parte dos docentes, das diferentes áreas de conhecimentos pedagógicos como também a pouca demanda de matrículas nos projetos.

Com os projetos, a relação universidade e sociedade torna-se fundamental para a inserção dos estudantes de pedagogia nos diversos processos educativos, tendo como aspecto essencial a articulação teoria e prática, qual se dá neste contexto.

A parceria entre a FE/UnB com as demais instituições públicas, como a Secretaria de Educação do Distrito Federal, tem sua essência no sentido de trazer a prática para a formação acadêmica.

E a partir dos projetos é proporcionada aos estudantes, uma experiência pedagógica do contexto real da sociedade tal como das concepções educacionais adquiridas com os conhecimentos teóricos e metodológicos durante o curso.

Nesta perspectiva dos projetos como formação do Pedagogo, no contexto da

importância da relação entre universidade e a sociedade a partir da parceria entre a FE/UnB e o sistema público de ensino no DF, foi que desenvolvi os projetos 3 e 4 no Projeto Economia Solidária e Educação onde fiz todas as fases dos projetos dentro do curso de Pedagogia, quais são explicitados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO PROJETO ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO

O seguinte capítulo, busca fazer a relação teoria e prática na perspectiva da formação por projetos no curso de Pedagogia da FE/UnB a partir da minha experiência pedagógica no Projeto Economia Solidária e Educação. Assim é apresentado, inicialmente, o Projeto e como ele é desenvolvido conforme a proposta do Projeto Acadêmico do curso.

O Projeto Economia Solidária e Educação se dá numa perspectiva da educação popular e da extensão universitária compreendendo, desta forma, uma relevância na relação da universidade com a escola.

A partir disso, este capítulo, tem como base a minha experiência nos projetos 3 e 4, visando analisar as questões do Projeto Economia Solidária e Educação com a prática da educação popular, sendo desenvolvido no âmbito de uma escola pública, compreendendo a formação cidadã do aluno numa perspectiva social de educação.

2.1 A pesquisa-ação

No que se refere aos projetos, visto ao currículo do curso de Pedagogia da FE/UnB é sistematizado neste tópico, com base na minha experiência pedagógica nos projetos 3 e 4, a fundamentação teórica bem como a metodologia da pesquisa-ação no Projeto Economia Solidária e Educação.

O Projeto Economia Solidária e Educação está inserido no currículo do curso de Pedagogia dentro da proposta dos projetos. O Projeto é fundamentado na perspectiva da economia solidária e da educação popular, assim, ele busca uma formação qualificada numa articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

O Projeto Economia Solidária e Educação é ofertado nos projetos 3, 4 e 5 do currículo do curso de Pedagogia e, tem como componente essencial de formação a extensão universitária.

Nesse sentido, o Projeto abrange uma formação ampla, tendo não apenas alunos da Pedagogia como também alunos dos diversos cursos da UnB. A extensão se dá no contexto do Projeto Economia Solidária e Educação, no campo das possibilidades de

atuação em espaços escolares e não escolares. E, com isso, o Projeto tem também uma bagagem de conhecimento ampla, sendo um espaço de formação acadêmica e profissional do educador.

O Projeto, no campo dos conhecimentos pedagógicos, tem por objetivo a formação do pedagogo social no desenvolver da prática educativa em ambientes de aprendizagem formais e não formais, compreendendo as questões sociais e seus desdobramentos na educação.

O Projeto é coordenado pela Professora Sônia Marise da Faculdade de Educação na UnB, onde ela busca proporcionar aos alunos da Pedagogia uma área de conhecimento pedagógico qual é pouco explorado ainda, a Pedagogia Social, dentro da perspectiva e dos princípios da economia solidária e da educação popular.

O Projeto Economia Solidária e Educação é integrado em comunidades, que se articula aos diferentes campos pedagógicos que envolvem a educação no seu sentido amplo, compreendendo-a na estrutura social com análise crítica na educação como meio importante para a mudança social.

O Projeto é elaborado e realizado a cada semestre conforme a demanda do grupo de alunos que ficam em cada comunidade ou local de realização da prática pedagógica que, geralmente, é em associações, cooperativas, organizações não governamentais e escolas.

O Projeto é desenvolvido de forma democrática e cooperativa, seguindo a perspectiva da Economia Solidária. Nele, são formados grupos de trabalho onde cada grupo conta com um coordenador que faz orientação com o grupo e entrega à professora os planos de trabalhos e os relatórios. E também há um coordenador geral, que geralmente é o monitor do Projeto fazendo a relação entre a professora e os alunos.

A parceria entre a universidade e a comunidade (espaços não escolares e escolares) se dá por intermeio da Professora Sônia, mas também dos estudantes e da própria comunidade.

Os princípios da economia solidária e a perspectiva da educação popular estão em todo momento envolvidos na prática educativa do Projeto, conglomerando os elementos da autogestão, dádiva, cooperação, solidariedade e entre outros. Esses princípios são fundamentados no contexto da cidadania, tal como, para a educação enquanto prática social. Portanto, compreendê-los é fundamental, para então, desenvolver o Projeto nesta perspectiva.

A autogestão, um dos princípios, é essencial num grupo de trabalho. Ela proporciona uma gestão coletiva e participativa das tomadas de decisão sob as ações. No decorrer do Projeto, há a autogestão desde a organização ao planejamento, a autogestão é proposta de forma que todos se posicionavam, incluindo a própria comunidade. Tudo é organizado e decidido coletivamente e, isto, mostra a dimensão política da Economia Solidária, que gera a autonomia e cidadania do sujeito, permitindo assim a democracia no Projeto.

Com uma sociedade que desvaloriza a empregabilidade da população das classes baixas, de certo modo, com uma exploração da mão de obra e uma renda desfavorável, é que os princípios da Economia Solidária trazem propostas contrárias. Seus princípios valorizam todos e estão voltados para o desenvolvimento pleno da sociedade.

O trabalho da autogestão e a conscientização pela solidariedade, e ações coletivas que o Projeto Economia Solidária e Educação proporciona podem trazer grandes mudanças. E a dádiva, outro princípio da Economia Solidária, definida como o dar, receber e retribuir junto à solidariedade, que é a prática gratificante e a ação da dádiva, visam ações conjuntas, sociais e coletivas dentro do Projeto.

A solidariedade é a ajuda ao outro, é o ato de ajudar quem mais precisa. É difícil ser solidário porque pensamos sempre em troca e a ajuda na solidariedade é não esperar nada em troca. Nesse sentido é que o Projeto Economia Solidária e Educação se viabilizou, com as atividades coletivas, das quais precisam da participação voluntária e da participação da comunidade, que são importantíssimas para o desenvolvimento da sociedade despertando o sentimento de solidariedade tanto nas pessoas que participam do projeto como nas pessoas que contribuem voluntariamente.

E nisso se inclui a cidadania, a partir das atividades coletivas, podemos obter uma formação política e social, qual valoriza o ser humano. No entanto, para a vivência da experiência pedagógica nos princípios da economia solidária no contexto da educação popular, só é possível se tiver uma participação cidadã que integre a comunidade como um todo.

Nesta percepção, do Projeto Economia Solidária e Educação numa interação com a sociedade, tem-se a interface da extensão universitária articulada aos outros aspectos da formação acadêmica, a pesquisa e o ensino. Assim, é propiciado aos estudantes a relação teoria e prática, onde com a experiência pedagógica ocorre uma intervenção na realidade através da práxis social.

A extensão no Projeto se dá por meio da relação entre a universidade e a sociedade onde os estudantes atuam junto a comunidades, em ambientes escolares e não escolares, em prol da prática a partir das reflexões adquiridas nos conhecimentos teóricos do curso.

Já o ensino está no contexto da universidade, na relação professor e discente. E a pesquisa se articula, nesse sentido, a medida que se tem a reflexão, a ação e a reflexão novamente, e a extensão faz a relação com a pesquisa quando se tem a partir da produção de conhecimentos uma prática social.

A extensão na relação com o ensino e a pesquisa, faz-se no Projeto Economia Solidária e Educação, a partir dos conhecimentos teóricos estudados na primeira fase do projeto 3, nesta fase o Projeto tem uma parte teórica de formação além da prática pedagógica.

Os estudantes matriculados no Projeto Economia Solidária e Educação, logo que entram no projeto 3 fase 1 estudam a fundamentação teórica por meio da plataforma Moodle da FE/UnB. Inicialmente, é feito o Curso de Economia Solidária, qual contém questões a serem respondidas ao longo do projeto, pois faz uma interação da teoria com a prática, onde o estudante com a prática pedagógica, responde as questões a partir das reflexões teóricas do curso. Por conseguinte, nessa mesma metodologia, há um estudo dirigido a fazer.

No entanto, a pesquisa no Projeto Economia Solidária e Educação se realiza no Relatório Final, qual deve ser entregue ao final de cada fase dos projetos. Este relatório compõe os relatos das ações no Projeto e os referenciais teóricos, que se incluem o planejamento das atividades e relatórios de cada encontro, chamados de diários de bordo. Ressalta-se, entretanto, que o Relatório Final é desenvolvido pelo grupo todo da comunidade baseado nos princípios da economia solidária.

A articulação da extensão com o ensino e a pesquisa no Projeto, demonstra uma prática pedagógica que compreende o processo de socialização como prática educativa, numa percepção do papel social do professor, na mediação entre o indivíduo e a sociedade, que integra a formação cidadã.

Nesse sentido, entendem-se os objetivos e a metodologia do Projeto Economia Solidária e Educação, que faz a articulação da economia solidária com a educação. De acordo com Calbino (2012, p. 329):

[...] a educação, inserida no contexto da economia solidária, possibilitando unir a teoria com a práxis, parece contemplar as necessidades para as mudanças sociais, servindo de uma nova utopia. A educação pode possibilitar ainda reduzir os problemas presentes hoje, como a alienação nas relações de trabalho, os valores individualistas presentes nos cooperados, a baixa participação dos cooperados em todas as decisões internas e a construção de um projeto político alternativo a economia mercantil.

Para tanto, isso requer estratégias eficazes com uma dinâmica política em busca da transformação social. E uma dessas estratégias pode ser vivenciada no Projeto Economia Solidária e Educação desempenhado na Escola Classe 66 de Ceilândia, através da prática da educação popular, de uma educação voltada para os interesses e necessidades populares, qual possibilita uma nova organização social e econômica.

Contudo, a partir do que foi apresentado como princípios e fundamentação teórica do Projeto Economia Solidária e Educação, entende-se a metodologia utilizada no Projeto em todos os campos de desenvolvimento, tal como, na comunidade do Sol Nascente na Escola Classe 66 de Ceilândia.

Assim, a metodologia do Projeto Economia Solidária e Educação, se faz do tipo pesquisa-ação, pois o estudante está o tempo todo envolvido com o Projeto e seus componentes sendo participante e pesquisador, numa interface de ação-reflexão-ação. Portanto, a pesquisa desenvolvida a partir das minhas vivências no Projeto, tem os instrumentos da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (2005, p. 14):

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação como uma pesquisa social, refere-se à relação extensão e pesquisa presente no Projeto. Assim, há uma relação prática e participativa no Projeto Economia Solidária e Educação, compreendendo a “[...] pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.” (GIL, 2008, p.26)

A partir da pesquisa-ação no Projeto Economia Solidária e Educação e, conseqüentemente, na minha experiência nos projetos 3 e 4, participei do Projeto no período

de 1 ano e meio qual foi desenvolvido no contexto de uma escola pública, a Escola Classe 66 de Ceilândia.

As ações pedagógicas no Projeto Economia Solidária e Educação, aconteciam aos sábados na Escola Classe 66. Saíamos por volta das 8:00 horas da FE/UnB para a Escola Classe 66 no Sol Nascente em Ceilândia, e voltávamos por volta de 12hrs:30min.

A minha experiência no Projeto Economia Solidária e Educação se desempenhou nos projetos 3 e 4 dentro do curso da Pedagogia da FE/UnB. Entretanto, no projeto 4 fase 2 desenvolvi a pesquisa também durante a semana na Escola Classe 66, onde pude observar e ponderar os elementos desta pesquisa.

A coleta de dados da pesquisa-ação se deu a partir da minha prática pedagógica e de observações, entrevistas e questionários. As entrevistas foram realizadas com a gestão escolar, a coordenadora e a diretora da Escola Classe 66 de Ceilândia. E também, com os alunos do 4º e 5º ano da escola. Já os questionários foram aplicados para os professores de todas os anos/séries.

A partir disso, tem-se a análise e interpretação dos dados coletados, essa etapa da pesquisa-ação compreende procedimentos da pesquisa social de forma não rígida, de acordo com Gil (2008, p. 156):

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fortalecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para relatar a análise e os resultados dos dados coletados, a pesquisa faz uso de uma abordagem qualitativa tendo em vista, compreender a perspectiva da educação popular na escola pública, a partir da minha experiência no Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 de Ceilândia.

No contexto da pesquisa-ação, como participante nas ações do Projeto e com a aplicação de questionários e as entrevistas realizadas, a análise da pesquisa busca compreender, dentre sua perspectiva da educação popular, o Projeto Economia Solidária e Educação desenvolvido no interior da Escola Classe 66 de Ceilândia.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar e interpretar as perspectivas e os

desafios da inserção do Projeto Economia Solidária e Educação na escola, destacando a perspectiva da educação popular como prática pedagógica. E identificando, desta forma, os aspectos relevantes dos projetos sociais numa escola pública e a educação popular inserida nesse contexto, compreendendo o papel social do professor e da escola na perspectiva da formação cidadã dos alunos.

2.2 Contexto da pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir da minha experiência pedagógica no Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 de Ceilândia, nesse Projeto pude desenvolver a pesquisa-ação, a partir dos pressupostos nos projetos 3 e 4 dentre o currículo do curso de Pedagogia da FE/UnB. Contudo, este tópico norteia todo o contexto dos elementos que fundamentaram este estudo.

A minha experiência pedagógica no Projeto Economia Solidária e Educação, aconteceu na Escola Classe 66 de Ceilândia, durante o ano de 2013 e metade do ano de 2014. O projeto era realizado sempre aos sábados e ganhou maior parceria na escola a partir do ano de 2014, quando entrou em vigor a nova gestão.

A Escola Classe 66 está localizada no Condomínio Setor Habitacional Sol Nascente, mais conhecido apenas como Sol Nascente, pertencente a região administrativa de Ceilândia no Distrito Federal. Ela foi inaugurada no dia 10 de agosto de 2009 a partir de reivindicações da própria comunidade, Sol Nascente, qual exigia uma escola pública no condomínio.

O Sol Nascente é uma região localizada na região de Ceilândia no Distrito Federal, ele é estruturado em condomínios públicos divididos em três trechos. É uma região nova de Ceilândia, que começou com a invasão e hoje passa por processo de regularização. A população em sua maioria é de baixa renda, e convive com a falta de infraestrutura, de equipamentos e serviços públicos, com índices de violência e falta de segurança.

Nessa condição, a Escola Classe 66, enfrenta desafios sociais constantes, pela ausência de políticas públicas na região por parte do Estado, sendo recorrente a ela como espaço público atender as demandas da comunidade Sol Nascente. Portanto, dessa maneira, a Escola Classe 66 se torna um local comunitário onde eventos governamentais e não governamentais atendem a comunidade.

Dentre as características da Escola Classe 66 de Ceilândia, há atualmente, 1200 alunos

divididos em 48 turmas no período diurno. No entanto, 43 turmas são do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, 3 são de correção de fluxo (aceleração), 1 de Classe Especial e 1 turma de *Transtorno Global do Desenvolvimento* (TGD).

A escola atende também no período noturno, mais 3 turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sendo a única escola pública do Sol Nascente, ela atende uma demanda alta de alunos e, mesmo assim não consegue atender a todos.

Os estudantes da comunidade Sol Nascente, geralmente, têm que se localizar para escolas de outras regiões de Ceilândia e do DF, principalmente, os alunos que estão nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, pois na região não há escolas que atendem essa demanda.

A Escola Classe 66 de Ceilândia, conta com um quadro de 48 professores das séries iniciais, 3 professores das turmas de correção de fluxo, 7 das turmas de EJA e 2 professores de Educação Física que dão aulas duas vezes por semana no diurno, atendendo todas as turmas da Escola.

Na Escola há ainda, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, duas turmas de Educação Integral com alunos do 3º, 4º e 5º ano, uma no matutino e outra no vespertino com 50 alunos cada. A Educação Integral conta a colaboração de monitores/bolsistas que fazem com os alunos determinadas atividades por meio de projetos, tais como: acompanhamento pedagógico; leitura; prática esportiva; informática.

A equipe pedagógica e a equipe administrativa da escola contam com uma diretora e um vice-diretor, 4 supervisores, 3 coordenadores, 3 secretarias. Fazem parte dessas equipes as pessoas que já foram professores da escola no ano anterior. No momento, a Escola Classe 66 está sem orientador (a) educacional.

Dos recursos físicos a Escola Classe 66 possui 24 salas de aula, sala de recurso, sala de informática, sala de leitura, sala de ciências, 1 cantina, 1 quadra poliesportiva, 1 parque infantil, sala de coordenação, sala de professores, sala de direção, 1 cantina, 1 quadra poliesportiva, 1 parque infantil, 1 sala de secretaria e 1 sala de orientação educacional. No momento, a biblioteca da escola não está em funcionamento.

A Escola Classe 66 de Ceilândia desenvolve, no contexto do processo de ensino/aprendizagem, projetos pedagógicos que visam diminuir a defasagem idade/série, que é o maior desafio da gestão atual para, assim, extinguir as turmas de aceleração da escola. Esses projetos desenvolvidos se dirigem não apenas a questão da distorção

idade/série, como também têm por objetivo proporcionar aos alunos e a comunidade o lazer, a diversão e a cidadania.

A Escola Classe 66 junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal, além da Educação Integral, desenvolve outras políticas públicas e/ou programas. Essa parceria se dá, principalmente, pela necessidade da escola em adequação ao novo currículo. Para isso, há na escola uma Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) que auxilia os e dá apoio aos professores na integração do novo currículo da escola com base nos Ciclos e Semestralidades e no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

A escola tem também parceria com a Polícia Militar, no programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). E outros projetos pedagógicos são desenvolvidos pela própria escola como: Feira de Ciências; Ler é redescobrir o mundo e Gentileza gera Gentileza.

Os projetos pedagógicos da escola são elaborados no início do ano letivo em conjunto com toda a comunidade escolar, numa perspectiva do ensino/aprendizagem interdisciplinar e abrangendo as concepções de ética e cidadania para a formação dos alunos em busca da transformação social.

Além dos projetos pedagógicos, a Escola Classe 66 de Ceilândia desenvolve em parcerias com outras instituições, empresários e associações, projetos sociais nos finais de semana, como o caso do Projeto Economia Solidária e Educação em parceria com a FE/UnB.

A atual gestão da Escola Classe 66, junto à proposta do Projeto Político Pedagógico, busca parcerias com outros setores com o intuito de proporcionar políticas públicas à comunidade, quais o Estado não oferece. Portanto, visto que, a região do Sol Nascente possui determinadas necessidades, a escola prevê no seu Projeto Político Pedagógico, a aproximação da realidade à vida dos estudantes numa relação entre a sociedade e a escola.

Assim sendo, o Projeto Político Pedagógico da Escola Classe 66, prevê uma relação maior da escola com a comunidade externa, entendendo a importância de os fatores sociais serem articulados ao contexto da escola.

Nessa condição, a escola faz parcerias com instituições não governamentais e outras instituições públicas, com o intuito, de prover projetos sociais aos fins de semana para a comunidade escolar e a comunidade do Sol Nascente. E a partir dessa contextualização da Escola Classe 66, foi que ocorreu a parceria com a Universidade de Brasília em prol do

desenvolvimento do Projeto Economia Solidária e Educação.

O Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 teve seu início no segundo semestre de 2012, e viabilizou na escola por dois anos, com objetivos de trabalhar junto a comunidade as questões da economia solidária e a formação cidadã, atendendo ao público de crianças e mulheres.

O Projeto Economia Solidária e Educação conta para seu desenvolvimento, com representantes da comunidade e os estudantes da UnB. No caso do Sol Nascente, o Projeto tinha como representantes da comunidade a diretora da Escola Classe 66 de Ceilândia e um morador do Sol Nascente, o Joaquim (nome fictício), foi através dele inclusive que a parceria com a FE/UnB se deu.

O representante da comunidade, Joaquim, coordenava um curso de costura e confecção de bolsas para as mulheres moradoras do Sol Nascente, no espaço da Escola Classe 66 de Ceilândia. Portanto, buscou a relação com a Universidade de Brasília para o fortalecimento e expansão do curso, com o objetivo de trabalhar junto às mulheres geração de renda e trabalho a partir dos princípios da Economia Solidária.

Dessa maneira, o Projeto Economia Solidária e Educação era realizado, inicialmente, apenas com o curso de costura. E após, vendo a necessidade das mães, que iam participar do Projeto e não tinham onde deixar seus filhos criou-se o grupo das crianças.

Assim, o Projeto utilizava o espaço da Escola Classe 66 para dois tipos de trabalhos: um trabalhava com as mulheres em busca de geração de renda e trabalho (grupo da costura); outro trabalhava com atividades lúdicas e pedagógicas com os filhos dessas mulheres (grupo das crianças). Entretanto, em 2014, o projeto teve o apoio da diretora da escola, e foi proposto que o projeto fosse aberto também para os alunos da escola.

No ano de 2013, foi quando iniciei no Projeto Economia Solidária e Educação no Sol Nascente. Em todas as fases do projeto 3 e projeto 4, desenvolvi a prática educativa com o grupo das crianças, portanto, ressalto que a seguinte pesquisa discorre apenas sobre esse grupo.

O projeto 3 fase 1, foi minha primeira etapa no Projeto no Sol Nascente. Nessa fase, a minha prática pedagógica envolveu a coordenação pedagógica e a docência. No grupo das crianças coordenei o plano das atividades e a organização do projeto, já a docência partiu dos princípios da educação popular, onde a partir de dinâmicas e atividades lúdicas, trabalhei com as crianças temas da realidade que fizessem parte do cotidiano delas.

Nas fases 2 e 3 do projeto 3, dei continuidade a fase 1. Nessas fases, continuei coordenando o grupo das crianças, entretanto, o projeto foi ampliado e começamos a trabalhar também com o reforço escolar com as crianças, sem deixar a prática da educação popular com objetivos da formação cidadã das crianças.

Na fase 1 do projeto 4, o Projeto Economia Solidária e Educação continuou na mesma dinâmica, porém com mais grupos subdivididos dentro do grupo das crianças. A minha prática pedagógica nessa fase, envolveu a coordenação geral do Projeto no Sol Nascente, com isso, tive uma maior vivência na Escola Classe 66, pois eu fazia a relação dos representantes da comunidade com a universidade. Assim, durante a semana fazia o contato com a comunidade como também com os estudantes da UnB quanto ao planejamento das ações nos sábados.

O Projeto na Escola Classe 66, nesse momento, teve uma abertura maior na escola com diretora ampliando o Projeto Economia Solidária e Educação para os alunos da Educação Integral. Contudo, o grupo decidiu trabalhar conforme a necessidade das crianças e da escola, e as atividades socioeducativas do projeto com as crianças tiveram oficinas de educação ambiental, saúde coletiva, pingue-pongue, dança e teatro.

Nessa fase do projeto, com a parceria da diretora da escola, as atividades nos sábados que aconteceram na escola durante o primeiro semestre de 2014, como eventos e reposições de aula, contaram com a colaboração do Projeto Economia Solidária e Educação.

As inscrições com as crianças e a divulgação do Projeto foram realizadas pela própria diretora da Escola Classe 66, que propôs a participação das crianças no Projeto, apenas para os alunos da Educação Integral, onde se tinha cerca de 100 alunos matriculados.

Já quanto ao planejamento do grupo das crianças, ele era realizado pelos próprios estudantes da UnB, porém com a colaboração das crianças, com isso, as oficinas e as demais atividades do projeto foram determinadas de acordo com os interesses das próprias crianças.

Contudo, a partir das reflexões da minha experiência pedagógica no Projeto Economia Solidária e Educação, tendo a pesquisa-ação como instrumento, na fase 2 do projeto 4 e o projeto 5, procurei compreender e analisar o Projeto sob a perspectiva da educação popular sendo desempenhado no interior da Escola Classe 66.

O Projeto Economia Solidária e Educação na comunidade do Sol Nascente, apontando a perspectiva da educação popular como prática pedagógica, visava uma prática educativa relevante visto à realidade social das crianças.

Através de atividades e oficinas socioeducativas, o Projeto Economia Solidária e Educação buscou atender as necessidades das crianças e da Escola Classe 66. Assim, promoveu atividades dinâmicas e oficinas trabalhando as questões sociais e de cidadania com as crianças.

A partir da prática da educação popular, o objetivo do grupo das crianças era desenvolver junto às crianças novas perspectivas de convívio social, de forma a despertar uma postura ativa e também coletiva, visando uma formação cidadã, abrangente e que acolha uma nova perspectiva de vida. Deste modo, de acordo com Gadotti (1993, p. 11):

A educação comunitária, como uma expressão da educação popular, preocupa-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade – principalmente excluídos do sistema econômico – não produtores e não consumidores – na busca de melhoria da qualidade de vida.

Assim, a educação popular como uma perspectiva do Projeto Economia Solidária e Educação, teve como prática educativa com as crianças, a formação cidadã integral do indivíduo. No entanto, o Projeto junto aos alunos da escola propôs essa perspectiva ao processo educativo como um todo.

O Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66, visava prover momentos de lazer e recreação, atividades pedagógicas para o desenvolvimento das competências e habilidades motoras e cognitivas, com o viés de construir junto com as crianças a conscientização dos aspectos sociais, tais como: respeito, solidariedade, cooperação, responsabilidade, ética, diversidade cultural e a própria cidadania.

E isso, se dava no Projeto Economia Solidária e Educação através da perspectiva da educação popular. De acordo com Barreiro (1980), a educação popular se constitui como uma organização de pessoas que se empenham coletivamente na tarefa de transformar a vida das pessoas e suas realidades e pode ser um dos instrumentos de ressignificação da realidade social.

Assim, a pesquisa-ação no Projeto Economia Solidária e Educação se fez a partir desse contexto, no sentido de entender os pressupostos da educação popular no ambiente escolar público. E, assim, compreender a educação popular como uma alternativa de promover a formação para a cidadania e favorecer, dessa maneira, a relação entre a sociedade e a Escola Classe 66 numa aproximação da realidade dos alunos compreendendo a dimensão do papel social da escola, tendo por finalidade a transformação social a partir dos próprios sujeitos.

Nesse viés, o Projeto Economia Solidária e Educação em parceria com a Escola Classe 66, desenvolveu no grupo das crianças oficinas e atividades socioeducativas aos sábados com objetivos da formação para a cidadania nas crianças, para os alunos da escola e a comunidade do Sol Nascente.

2.3 Resultados da pesquisa

O papel da escola enquanto pública, universal e gratuita é garantir o acesso e a permanência com qualidade. Isso, se relaciona à educação como processo formativo de cidadania onde o sujeito se forme para uma prática politicamente consciente. Nesse sentido, foi que se desenvolveu a minha experiência no Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 de Ceilândia, logo, este tópico relata a análise e interpretação obtida sobre a prática da educação popular numa escola pública como um processo educativo de formação cidadã.

A gestão da Escola Classe 66 em parceria com FE/UnB, teve uma proposta de projeto para os alunos da escola aos sábados, no contexto da formação para a cidadania, abrangendo a importância da escola em propor projetos socioeducativos para a comunidade

O Projeto Economia Solidária e Educação foi compreendido como aspecto relevante na aprendizagem dos alunos da Escola Classe 66, sendo assim, sua prática educativa esteve envolvida numa concepção de educação popular para a formação humana dos alunos, atendendo a realidade deles.

Contudo, isso nos remete às reflexões quanto à interação da escola com a realidade social, pois o sistema educacional brasileiro possui certos princípios de uma educação que é reflexo da sociedade, de um contexto social e econômico.

Nesse sentido, a educação é compreendida com base em um sistema de dominância. Esse sistema predominantemente capitalista reflete, principalmente, nas escolas públicas, onde os fatores sociais não são desenvolvidos em relação ao desenvolvimento econômico, como acontece na região onde está localizada a Escola Classe 66 de Ceilândia, no Sol Nascente.

As pessoas são, de certo modo, controladas pelo sistema capitalista, ou seja, elas são influenciadas e alienadas por esse sistema. Assim, os privilégios da sociedade são usufruídos apenas por aqueles que estão por cima desse sistema, e os que não o usufruem são os

excluídos da sociedade, resultando nas desigualdades sociais.

Essa relação do capitalismo e a desigualdade social trazem pontos negativos nas ações do indivíduo. Portanto, com a exclusão social daqueles que não fazem parte das classes dominantes há a desigualdade quanto aos direitos sociais que são desfavorecidos, como a própria educação pública.

A sociedade tem seu contexto refletido no cotidiano das pessoas e, na escola como reflexo da realidade não poderia ocorrer diferente. Entretanto, o sistema de educação no Brasil emprega uma exigência de preparação para o mercado de trabalho, visto que é a predominância da sociedade brasileira, não considerando a realidade social.

A escola, sobretudo, a pública, apenas prepara o aluno para o mercado de trabalho. E a educação nesse ponto de vista se confronta com o sistema capitalista, conforme Gadotti (1990, p. 152) ressalta:

Escola e capital percorrem caminhos opostos, no que se refere à formação do trabalhador. Por outro lado é preciso evitar a ilusão de que a escola é para o trabalhador, o *locus* principal de sua resistência e de sua formação política. Não é suficiente garantir uma escola de 'boa qualidade' para todos [...]

A escola como instituição da educação formal, fazendo parte do sistema ideológico e burocrático brasileiro, por muitas vezes, vem sendo um espaço com uma visão de educação para a preparação do mercado de trabalho totalmente mecanizada, não dando importância para a preparação do exercício da cidadania, princípio este alocado inclusive na legislação.

Nesse contexto, a relação entre educação e sociedade se associa ao aspecto da mudança social. Com a presença dessa relação nas instituições escolares o indivíduo pode construir conhecimentos que podem lhe proporcionar a negação do modo de produção capitalista. Deste modo, tendo o trabalho como princípio educativo a educação deve ser um instrumento de combate a alienação nas sociedades capitalistas visando à emancipação do sujeito que levará a construção de uma nova ordem social.

A educação nesse contexto nos remete às transformações na sociedade, no entanto, compreende-se que o sistema educacional brasileiro não está adequado para tais transformações, principalmente, nas escolas públicas onde a maioria da população frequenta.

Nessa perspectiva, de uma educação como formadora do indivíduo enquanto ser social, a relação entre a educação e sociedade em um contexto globalizado e excludente, nos remete compreender qual o papel que a educação está exercendo e qual a função da escola pública.

Segundo Gadotti (1990, p. 36):

Difícilmente encontraremos hoje educadores, pais ou alunos satisfeitos com a escola atual. Os alunos se queixam da burocracia e do autoritarismo, os pais, da baixa qualidade, dos métodos. Os professores se queixam dos baixos salários, da falta de liberdade, do centralismo. A administração acusa os professores de corporativismo. Alguns acham que a escola do passado era melhor, outros que só a escola privada é boa e que a escola pública é pior.

A desigualdade social traz reflexos para a educação e, isto é visível nas escolas, em que a partir do contexto de um sistema dominante, como mencionado anteriormente, traz reflexos para uma sociedade com um caráter exclusivo e de seleção.

Essas questões refletem na sala de aula e no processo de ensino e aprendizagem, causando evasões e reprovações cada vez mais frequentes, como no caso da Escola Classe 66 de Ceilândia, na qual, há índices altos de evasão e reprovação a partir do 3º ano.

A atual gestão, a partir desses pressupostos, tem como um de seus desafios inverter estes índices e buscar uma relação com o contexto da realidade dos alunos. No entanto, embora os alunos da Escola Classe 66 de Ceilândia possuem perfis socioeconômicos variados, a vulnerabilidade social norteia a escola e, com isso, reflete os aspectos da desigualdade social na região do Sol Nascente.

A Escola Classe 66 de Ceilândia, neste contexto, é atenta para o tipo de educação formal e a dimensão da prática educativa exposta na contemporaneidade hoje nas escolas, principalmente, as públicas que estão localizadas em regiões atípicas e que possuem desigualdades sociais.

Algumas políticas públicas são implantadas nas escolas públicas como meio de mudar este quadro, porém, no contexto da Escola Classe 66, as políticas públicas estatais não são suficientes ou não atendem as peculiaridades da comunidade que abrangem a escola.

No entanto, a Escola Classe 66 estando localizada numa região de Ceilândia, Sol Nascente, que é pouco explorado de políticas públicas, o Projeto Economia Solidária e Educação buscou suprir o que a comunidade precisa que o Estado não oferece, considerando uma educação para a formação da cidadania.

A partir da experiência no Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66, compreende-se a importância da relação da educação com a sociedade percebendo o papel social da escola.

A partir das entrevistas com os alunos e as observações, pode-se perceber que os

alunos se sentem muito acomodados com a falta de infraestrutura e a precariedade ao redor da escola, eles mostram-se bem críticos quanto a realidade social da comunidade do Sol Nascente. Logo, se vê a relevância das questões sociais e a cidadania como parte integrante na formação da aprendizagem dos alunos.

A escola pública, nesse sentido, tem como finalidade a construção do “ser social”, compreendendo que é por via da educação que o indivíduo se insere na sociedade. Segundo Durkheim (1985), a educação é um processo de socialização que torna o indivíduo um ser de fato humano, afirmando a educação como processo social. Para esse autor a sociedade e o indivíduo são interdependentes. Portanto, quando a escola forma o aluno como ser social, esse se constrói em um ser novo perante a sociedade e as suas atitudes e críticas mudam e, por conseguinte, haverá também mudanças na sociedade.

Observe-se, no entanto, que não podemos distinguir educação, indivíduo e sociedade, pois os três juntos se pautam para a mudança social. Porém, partindo do pressuposto principal que é a educação, é através dela que pode haver essa mudança. E a escola, em busca dessa mudança, deve ser a própria vida do aluno e não deve estar distante dela.

Nesse sentido, entende-se a importância que a escola tem na relação com a comunidade. Isso significa dizer, que quando a escola faz este tipo de relação, ela envolve no seu processo de ensino e aprendizagem, o contexto social e o cotidiano dos alunos. Logo, tendo a relação sociedade e educação, a conscientização pela mudança social vai fazer mais sentido para o aluno.

No caso da relação da Escola Classe 66 com a comunidade, destacasse a gestão e como ela é desenvolvida, pois de forma democrática, a diretora da escola procura ser bastante flexível e colaborativa com toda a comunidade escolar. Logo, ela demonstrou bastante engajamento para o desenvolvimento do Projeto em parceria com a FE/UnB.

Os alunos da Escola Classe 66, se sentem privilegiados com a nova gestão. Eles perceberam grandes mudanças e avanços, principalmente, quanto ao lanche e a estrutura física da escola. Eles consideram a escola como muito boa, e gostam das aulas e dos professores.

A partir dos questionários dos professores e as entrevistas dos alunos, pode-se analisar que eles consideram a atual gestão como muito boa e a avaliam como inovadora, cooperativa e dinâmica. Isso demonstra a importância da gestão democrática na escola pública, qual atende as necessidades dos estudantes compreendendo o papel social da escola a favor da

comunidade.

A parceria entre a escola e a comunidade se fortaleceu a partir do ano de 2014, quando a atual gestão entrou em vigor, como a parceria com a FE/UnB para o desenvolvimento do Projeto Economia Solidária e Educação, qual a parceria reforçou a presença dos alunos da Escola Classe 66 no Projeto. Outras questões também foram e estão sendo melhoradas com a nova gestão, como a organização administrativa, financeira e pedagógica; a estrutura física e a consolidação do quadro de professores.

Apesar da gestão da Escola Classe 66 buscar uma relação democrática e a formação cidadã dos estudantes, a comunidade escolar não se envolve nos projetos da comunidade externa. E isto é averiguado, com a entrevista da diretora, qual enfrenta esse desafio que implica, primeiramente, a consolidação dos professores na escola, pois é tida pela maioria deles como uma escola de transição qual eles não querem pertencer, principalmente, por causa da localização. E segundo, tem a falta do engajamento dos professores nos projetos e na proposta de formação da escola.

As implicações e os desafios, para a formação da cidadania na Escola Classe 66 de Ceilândia, trazem pontos bastante relevantes para entender a função social da escola e a perspectiva da educação popular no contexto da escola pública. Entretanto, a escola ainda presa por muitos avanços e mudanças.

Entender o papel social da escola diante das questões expostas, é ter uma prática pedagógica dialógica numa perspectiva emancipatória da educação, é ter uma prática pedagógica voltada para a responsabilidade social e política. Segundo Freire (1975, p 59) a educação deveria propor ao indivíduo:

[...] a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época da transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização [...]

Nessa perspectiva, a educação se relaciona a uma escola progressista e democrática. A educação, nesse sentido, possibilita a humanização de forma que o indivíduo tenha uma aprendizagem significativa, onde os conhecimentos são dialogados com os seus saberes.

A relação entre a educação e a realidade social torna-se um desafio para a compreensão do papel da educação nas escolas públicas enquanto prática social e política. A escola reflete o que perpassa na sociedade, assim, o desafio para compreender o papel social da escola está relacionado com a complexidade dos fatores sociais. De acordo com Freire (1993, p. 102):

[...] É que os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. E não podia deixar de ser assim. As escolas e a prática educativa que nelas se dá não poderiam estar imunes ao que se passa nas ruas do mundo.

Nesse sentido, se compreende a formação cidadã como papel social da escola, onde a educação está relacionada a mudança de atitudes e, conseqüentemente, à mudança social. Contudo, o caráter humano da educação está relacionado aos vários aspectos da escola, como o seu contexto de ensino/aprendizagem.

No caso da Escola Classe 66 de Ceilândia, seu papel social foi compreendido no Projeto Economia Solidária e Educação na perspectiva da educação popular. Entretanto, a formação cidadã e a prática da educação popular, implicam desafios para a escola pública que abrange todo o seu contexto predominante. Para a educação popular se concretizar na escola, não depende apenas da implantação de projetos sociais, há outros fatores que impedem que a educação popular seja praticada numa escola pública.

O Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66, procurou se encaixar ao contexto escolar sendo articulado no espaço de uma escola pública e buscou através da prática educativa popular, compreender os princípios da cidadania e formação humana por meio da educação, na perspectiva de que isso é fundamental numa escola que pertence à região do Sol Nascente.

A prática da educação popular não é tarefa fácil a ser realizada no contexto de uma escola ainda mais pública, por causa, das questões em que a escola está envolvida que implicam o contexto social histórico e burocrático. Assim sendo, cabe pensar e refletir sobre o papel da escola no contexto das classes populares, no seu espaço político e no papel do

professor enquanto educador para a formação humana.

Esses aspectos compreendem o papel social da escola bem como a atuação do professor nessa perspectiva. Assim, isso se torna um desafio maior para a escola pública quando não há uma gestão democrática e quando não existe uma gestão que coloque em prática a concepção de uma educação que vise a aprendizagem para a humanização, tendo por objetivo, a formação cidadã.

A direção da escola detém responsabilidade expressiva, carecendo mudar profundamente o entendimento e a prática administrativa. Em primeiro lugar, gerir uma escola não é apenas cuidar de seu funcionamento burocrático, o que tem levado a ver no diretor apenas um burocrata-chefe. Antes de mais nada, dirigir uma escola é impulsionar o respectivo projeto pedagógico e exercer a liderança nessa rota. Daí segue que o diretor precisa deter, com excelência visível, competência formal e política. Não basta apenas ser eleito ou indicado. Deve ser capaz de liderar o projeto pedagógico próprio ou, por outra, de elaborar e efetivar a didática construtiva e participativa da escola. (DEMO, 1996. p. 88-89).

Assim, a gestão democrática é fundamental para o bom funcionamento da escola, qual deve ser transformada internamente para uma nova prática de ensino e aprendizagem num contexto real, em que a educação não se restringe ao conhecimento. Entretanto, isso é um desafio à gestão escolar como também aos professores.

A partir do Projeto Economia Solidária e Educação, pode-se observar que não há interesse por parte dos professores quanto aos projetos sociais na proposta da escola. Os professores da Escola Classe 66, tiveram conhecimento do Projeto da UnB, mas não mostraram interesse. Todavia, eles reconhecem o envolvimento da diretora, nos projetos sociais que acontecem através de parcerias nos finais de semana na escola.

Assim, como em qualquer projeto social que se trabalha com a comunidade, o maior desafio é a presença da própria comunidade. No Projeto, havia dias que tinham 100 crianças já outros que tinham 10, e esse foi um dos maiores problemas enfrentados.

A participação das crianças era fundamental para o bom desenvolvimento do projeto. Embora, nunca deixávamos de fazer o projeto mesmo com 100 crianças ou com 1 criança, contudo, o trabalho foi eficaz a medida que tínhamos a colaboração dos alunos da UnB e a presença das crianças.

Sobre a percepção dos alunos quanto ao Projeto Economia Solidária e Educação, através das entrevistas, se constatou que a maioria dos alunos da Escola Classe 66 não tem conhecimento ou nunca ouviram falar do projeto. Entretanto, como a inscrição destinou

apenas aos alunos da Educação Integral, apenas eles tiveram conhecimento e puderam participar, porém houve exceções de dois ou três alunos que não eram da Educação Integral e participaram.

A inscrição das crianças foi realizada por parte da diretora da escola, foram entregues bilhetes e falado sobre o Projeto aos alunos da Educação Integral, porém, a maioria dos alunos não se sentiram motivados para participar do Projeto na escola aos sábados.

Os professores demonstraram interesse e não se importaram em divulgar o Projeto aos alunos. Como análise das respostas dos questionários a aplicado a eles, pode-se considerar que o Projeto Economia Solidária e Educação é visto pelos professores, como de responsabilidade apenas da diretora da escola, logo, não procuram se envolver.

Constata-se, no entanto, que não só o Projeto da FE/UnB como também os demais projetos desenvolvidos pela comunidade externa na escola nos finais de semana, tiveram pouca participação dos alunos e envolvimento dos professores.

No entanto, a Escola Classe 66 tendo por objetivos, no seu Projeto Político Pedagógico a implantação de projetos socioeducativos aos fins de semana, ainda passa por processos de planejamento e organização e, com isso, busca o engajamento dos professores e também a participação efetiva dos alunos.

Os projetos sociais ou socioeducativos no interior da escola, trazem o paradigma da cidadania como elemento importante para a formação do aluno, enquanto sujeito crítico e ativo na sociedade.

A formação para a cidadania envolve todos os aspectos do contexto escolar como também toda a comunidade escolar. Entretanto, para isso ser colocado em prática é necessário compreender o processo educativo no seu sentido enquanto função social da escola para a formação cidadã. E o Projeto Economia Solidária e Educação, buscou justamente essa perspectiva, a partir da prática da educação popular.

Compreender, para tanto, a educação popular como um instrumento de prática de uma educação que prevê a formação cidadã envolve, primeiramente, entender uma série de questões sociais e políticas que estão relacionadas a esse processo educativo.

Pensar na formação cidadã e a transformação da sociedade por meio da educação relaciona-se diretamente à prática pedagógica, com isso, o educador inserido nesse contexto deve ultrapassar os limites do pedagógico e praticar o social e o político em sala de aula.

A perspectiva da educação popular é contrária ao que temos de educação na maioria

das escolas públicas. A educação popular propõe uma relação efetiva entre a realidade do aluno e a escola, pois a sociedade suporta uma dimensão multidimensional qual não deve ser excluída do contexto escolar e, sim, deve ser inserida ao conhecimento adquirindo sentido no que está sendo aprendido. Segundo Morin (2011, p. 33), sobre a educação escolar:

[...] existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro lado, as realidades ou os problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários.

A ausência da aproximação da realidade social na escola, traz consequências para a vida do estudante, se a escola não lhe proporciona sentido, conseqüentemente, ele não saberá pensar, criticar e agir perante sua realidade. E essa não aproximação da realidade social está constantemente na escola, que Freire (2005) até denomina de uma educação “bancária”, onde o que se tem é a simples transmissão de conteúdos totalmente desconectados da realidade.

Isso traz reflexões no âmbito de uma escola pública, como um desafio que enfrente a perspectiva da educação popular, pois há uma dicotomia entre a escola e a vida do aluno. Assim, não se compreende a dimensão social da educação onde, geralmente, os conhecimentos são ensinados sem prática alguma no cotidiano do aluno.

Os limites e as contradições da escola pública, são muitos, porém, o ponto mais importante a se discutir é sua função social, tendo uma educação que vá contra a alienação, contra a opressão do sistema e das classes dominantes. Uma educação que se faça na práxis, que de acordo com Freire (2005) ela acontece com a ação e a reflexão do sujeito sobre o mundo para, então, transformá-lo.

Assim, a educação não pode ser praticada sem diálogo, com uma dicotomia entre o pensar e o agir. Entretanto, o que há é uma educação escolar que mistifica a realidade demonstrando aos estudantes um mundo distante, onde eles são dominados com uma prática de ensino que não privilegia a sua realidade, não lhe proporcionando oportunidades para se conscientizar sobre o seu mundo.

Essa conscientização na formação do sujeito implica, necessariamente, mudanças no sistema escolar e na prática do educador. Seu processo pode-se dar na educação através da prática social na preparação para uma ação transformadora na sociedade. Segundo Barreiro (1980, p.87):

[...] a conscientização é reconhecida como um processo cujos efeitos envolvem a totalidade da experiência e da existência humana do oprimido. Ela não pode ser reduzida a uma tomada racional de consciência de relações sociais percebidas agora de forma mais crítica. É ao mesmo tempo essa interpretação, e mais o reconhecimento de um compromisso pessoal com a sua própria liberação de um modo tal que possa perceber a realidade social e interpretá-la, de modo que tanto mais reconhece quanto mais se compromete.

A conscientização, desta forma, é desenvolvida através da prática política da educação, qual se relaciona com a realidade social do indivíduo num processo de construção do conhecimento sobre os fenômenos do mundo com a mediação do professor, numa relação dialógica de interação.

Tendo a escola pública como um instrumento político de conscientização do indivíduo com educação voltada para a formação crítica e autocrítica, em busca do ser ativo na sociedade, logo, ela tem como função uma prática pedagógica numa dimensão política com responsabilidade social.

Segundo Freire (2005), a escola deve visar pelo papel da educação em transformar o mundo e torná-lo mais humano. Nesse sentido, para Freire (2005, p. 77), considera-se que:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Nesse sentido, o educador no contexto escolar tem que ter além de uma formação de qualidade, a competência técnica. Para Demo (2000) o processo mais decisivo para uma educação qualitativa com papel social é a renovação do professor, em que ele deixe de ensinar e passe a formar sujeitos. E, assim, ver a educação básica como um instrumento fundamental da cidadania, porém, o professor antes de formar cidadãos deve ser, ele próprio, um cidadão.

A partir dessa concepção, é preciso rever o papel do professor. Ele não pode ser o expositor de aulas, ensinar para a domesticação. O educador precisa ser cidadão com competência técnica para uma prática pedagógica que forme os alunos para a participação cidadã e ativa na sociedade.

O aluno que apenas ouve, copia, repete, reproduz, faz prova e cola, não abandona a condição de objeto de domesticação. Precisa ser instigado,

provocado, desafiado a contribuir, a desenvolver capacidade de raciocínio, de posicionamento. O professor, para tanto, carece capacitar-se a construir ambiente propício, dentro do qual cabe a aula, desde que instrumentador da emancipação. [...] (DEMO, 2000, p. 104).

A escola como reprodutora do que se passa na sociedade tem todo o reflexo da mesma, com isso, não pode ser esquecida a função social da escola. Nessa perspectiva, a prática pedagógica deve estar voltada para o contexto social dos alunos de modo que sua realidade não seja temida e sim vivenciada.

A dimensão política da educação visa a contrariedade do que temos, geralmente, nas escolas públicas. Visto que, há uma ideologia dominante que causa desigualdades sociais quais não favorecem as escolas públicas, é necessário pensar numa prática educativa diferente da exposta nas escolas atualmente.

Cabe, nessa perspectiva, que a Escola Classe 66 de Ceilândia como uma escola pública, propor uma outra concepção da educação. Os alunos não devem ser excluídos por causa das questões sociais. E o professor deve, na sua prática pedagógica, ensinar e aprender junto aos alunos promovendo uma formação crítica e conscientizada, onde a cultura e o saber popular sejam considerados em sala de aula.

De acordo com Demo (2000, p. 80), “não podendo a escola resolver tudo, deve resolver o que lhe cabe. A condição econômica e cultural da maioria das crianças coloca desafio acerbo, cujo enfrentamento exige qualidade ostensiva do sistema, sobretudo dos professores [...]”. Nesse sentido, se tem a percepção da importância do professor para a compreensão da formação cidadã na escola pública.

A perspectiva de educação para a formação humana prevê muitas mudanças no contexto escolar, onde os próprios profissionais, muitas vezes não querem nem se interessam. E o desafio maior da escola pública está justamente nessa questão, em que, numa prática de uma educação popular em busca da mudança social implica os próprios educadores, quais não almejam essa transformação.

Outra questão que implica essa perspectiva, é que a escola pública sendo controlada pelo Estado, tendo sua totalidade voltada para os interesses maiores das classes dominantes, não consegue proporcionar uma educação qualitativa e significativa para as classes populares. Deste modo, alternativas vem sendo criadas para uma prática educativa entendida fora do contexto escolar, como aconteceu no caso do Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66.

Nesse contexto, tendo a prática da educação popular como norte do Projeto Economia Solidária e Educação numa perspectiva de uma prática educativa diferente do contexto escolar formal, pode-se concluir o porquê que não houve o empenho dos professores e a participação constante dos alunos, pois o Projeto foi entendido numa percepção extra escolar, como algo por fora do contexto da escola.

E isto implica destacar, sobretudo, a complexidade do que é entendido por educação, que de acordo com Libâneo (2002, p. 81-82):

[...] Em sentido amplo, a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Integra, assim, o conjunto dos processos sociais, pelo que se constitui como uma das influências do meio social que compõe o processo de socialização. Em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extra-escolar [...]

Durante toda a história humana existiu a educação, mesmo não institucionalizada. A educação existe onde não há escola, e nesse sentido a educação não é restrita à instituição escolar ela está onde há sempre a prática pedagógica.

No entanto, a partir do que é compreendido por educação, a prática da educação popular é entendida separada da educação escolar, ou seja, ela não está relacionada com a educação dita formal. Nesse sentido, a educação popular lida com as classes populares na busca da valorização e construção do saber popular, em ambientes como movimentos sociais, associações, instituições sociais, assentos rurais e etc.

“A educação popular, inicialmente, foi entendida “como alguma modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem.” (BRANDÃO, 1984, p 27). Entretanto, a educação popular passou a ser um instrumento de acesso à educação do povo, como uma prática social de educação visando à transferência do saber das classes populares entre grupos ou pessoas. Assim, essa perspectiva de educação é atendida ao povo, às pessoas das classes populares.

A educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a educação popular não se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende

ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. (BRANDÃO, 1984, p. 61).

Nessa concepção, a educação popular visa à formação para a consciência cidadã e a organização do trabalho político para a afirmação do sujeito. Ela se baseia no saber da comunidade com objetivos de construção da participação popular trabalhando pedagogicamente as necessidades populares.

Dessa maneira, se percebe a relação entre a educação popular e uma educação para a formação cidadã nas escolas públicas, embora, haja contradições sobre a educação popular ser desenvolvida apenas fora do contexto escolar.

Considerando, que a educação popular tem como princípios a prática política da educação e a participação popular num processo de transformação da sociedade ela deveria ser desenvolvida com ênfase no contexto escolar. Porém, a escola tem outros objetivos, que não o de atender as classes populares para a sua formação humana. Conforme bem diz Freire (1993, p.28):

[...] Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância: refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.

Pensando no papel do educador, nessa perspectiva de educação para o povo, é fundamental compreender sua prática pedagógica contextualizada com a realidade social, sendo indispensável o diálogo com os alunos.

Não há uma metodologia definida para a prática da educação popular, mas os educadores com essa prática trabalham a partir da construção do saber popular e o contexto social interligando o conhecimento com as experiências de vida dos alunos, valorizando e problematizando esses saberes. Segundo Brandão (1984, p. 72):

A educação popular é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho

coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado.

O embate de educação para a cidadania e da emancipação da educação, é discutido nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas, porém o que não se tem é a prática desse discurso. No caso da Escola Classe 66 de Ceilândia, ela tenta buscar esse tipo de educação através da interface dos projetos sociais em parcerias com outras instituições, como fez em relação ao Projeto Economia Solidária e Educação.

Contudo, a educação popular ainda é pouco compreendida no contexto escolar. Numa escola pública, geralmente, os estudantes são de classes populares, com isso, a educação deve ser desenvolvida num trabalho político para os interesses e necessidades populares.

A educação popular sendo um instrumento de conhecimento e transformação social, ao estar presente numa escola pública, busca nos sujeitos o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social em todos os sentidos, possibilitando uma nova organização social e econômica.

A relação com a comunidade é um dos fundamentos importantes para a prática da educação popular. Sem esta relação não tem como ter uma prática educativa voltada para a população e formação cidadã.

A Escola Classe 66, busca na relação com a comunidade a perspectiva da educação popular. Sendo totalmente aberta para a comunidade do Sol Nascente, ela abrange através dos projetos sociais uma possibilidade da formação cidadã dos indivíduos. Nesse contexto, a educação popular na escola pública “é a que, em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares na escola, se aproxima dessas forças com as quais aprende para a elas poder ensinar também.” (FREIRE, 1993, p. 101).

A educação popular se identifica na escola pública, quando esta tem uma educação emancipatória e progressista. Quando há nela uma prática educativa que desenvolve o aprendizado de acordo com os interesses e necessidades do estudante. O Projeto Economia Solidária e Educação buscou exatamente isto, visto que, as necessidades dos alunos da Escola Classe 66 eram a formação da cidadania para uma conscientização e postura ativa na realidade social qual eles pertencem.

Compreendendo o contexto histórico e socioeconômico de uma ideologia dominante no sistema educacional que reflete na escola pública quanto aos seus limites, entende-se que a educação popular só pode ser praticada em espaços informais fora da escola, pois dentro dela os desafios são diversos e complexos.

No caso, da prática da educação popular na Escola Classe 66 através do Projeto Economia Solidária e Educação, um dos desafios postos foi a participação da comunidade interna da escola, na qual, os professores e nem todos os alunos estiveram envolvidos no Projeto.

A relação entre a FE/UnB e a escola, tiveram alguns problemas como qualquer processo de desenvolvimento de um projeto com a comunidade. Um desses problemas, foi quanto à diferença do calendário escolar e o calendário universitário, pois prejudicou o desenvolvimento do Projeto, uma vez que, ao fim do semestre da UnB o Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 se encerrava e dava início apenas no próximo semestre. Portanto, como ponto negativo apontado foi a rotatividade dos estudantes da UnB, que a cada semestre alunos novos entravam, e a maioria deles não entendia a dimensão de um projeto social na escola.

Dessa forma, e dentre outros motivos que impossibilitou a relação da universidade com a escola, o Projeto Economia Solidária e Educação teve seu encerramento na Escola Classe 66 de Ceilândia, em julho de 2014.

A problemática com os educadores do Projeto que eram os estudantes da UnB, foi uma questão que remete à mesma apontada sobre os professores da Escola Classe 66 quanto a percepção deles do Projeto Economia Solidária e Educação na escola. Eram cerca de 150 estudantes da UnB no Projeto e, a maior parte deles não esteve de fato empenhado nos princípios do Projeto e na prática da educação popular.

O desafio maior para o desenvolvimento do Projeto Economia Solidária e Educação no Sol Nascente, sobretudo, foi a falta de compromisso e competência da maioria dos estudantes da UnB, que como educadores populares não compreendiam os elementos fundamentais para o desempenho de um projeto social.

Assim sendo, compreende-se o compromisso e competência do educador como a prática social e política da educação. Além do que já foi mencionado anteriormente, para a educação popular ser praticada numa escola pública depende necessariamente do professor. Conforme diz Freire (1993, p. 100) quanto a prática educativa popular:

O fato, porém, de estas práticas e outras de natureza semelhante, não poderem ser abertas, plenas e livremente realizadas não significa que a impossibilidade seja absoluta. Cabe a educadores e educadoras progressistas, armados de clareza e decisão política, de coerência, de competência pedagógica e científica, da necessária sabedoria que

percebe as relações entre táticas e estratégias não se deixarem intimidar.

Isto significa que cabe aos educadores, na prática da educação popular, o confronto com o sistema educacional dominante, assumindo uma posição crítica e reconhecendo a necessidade daquela escola qual atua. Portanto, compreende-se que “a função do educador, como agente de conscientização é participar, através de sua parte, na ação cultural libertadora, da explicitação dos elementos e relações da própria atuação-compromisso do povo [...]” (BARREIRO, 1980, p. 87).

A educação popular no contexto da escola pública, constitui-se como um instrumento fundamental da práxis na educação. Nessa perspectiva, a educação popular possibilita ao educando uma formação ativa em busca da transformação social realizada por ele próprio.

A Escola Classe 66 de Ceilândia se insere nessa perspectiva, visando a transversalidade das questões sociais e uma interdisciplinaridade, por meio de projetos sociais, apontando para uma tendência de formação cidadã e da transformação social através da educação escolar.

Os projetos sociais ou socioeducativos na escola pública, pode ser considerado como uma forma da implantação da educação popular no espaço escolar. Nesse sentido, a educação popular na escola pública mostra-se como um caminho de inserção do contexto da realidade dos alunos e a preparação destes para o exercício da cidadania. Entretanto, os projetos sociais assim como a prática da educação popular dependem, necessariamente, do empenho dos professores e também da gestão escolar.

Os projetos socioeducativos na escola pública, podem facilitar a aprendizagem dos alunos e ser um norte para o alcance dos objetivos e princípios da educação popular. Considerando o ensino e aprendizagem a partir de projetos, é importante, que se tenha o comprometimento dos professores, é preciso que eles estejam aptos à formação humana dos sujeitos.

Entretanto, para se ter uma aprendizagem significativa e a conscientização das questões sociais e do sujeito ativo perante essas questões, é preciso ser fomentado na escola os princípios de construção e participação na prática pedagógica. Na escola, “a aula correta supõe, primeiro, um professor construtivo e participativo, depois, um aluno motivado a praticar o mesmo processo educativo. [...]” (DEMO, 1996, p. 95).

Assim, se nota que para resultados positivos nos projetos sociais desenvolvidos no interior da escola pública, é fundamental que o professor passe da aula expositiva reduzido ao

ensino e, tenha uma prática política de educação popular. Sendo um motivador para os alunos a serem construtivos e participativos. Para Demo (1996, p. 95):

Isso posto, torna-se decisivo procurar caminhos que facilitem a passagem da aula clássica copiada para ser copiada, para um ambiente de motivação alternativa, no qual o professor aparece, sobretudo, como orientador do processo produtivo dos alunos, e estes se dediquem, primordialmente, a participar de modo ativo na construção do conhecimento e da cidadania competente. [...]

O Projeto Economia Solidária e Educação sendo realizado na Escola Classe 66 de Ceilândia, mostrou ser possível a perspectiva de a educação popular ser praticada no interior de uma escola pública. Como um projeto socioeducativo, ele abordou uma concepção de prática pedagógica fundamental para a formação da cidadania e conscientização das classes populares.

Sendo os projetos socioeducativos um instrumento da formação cidadã com a prática da educação popular, o Projeto Economia Solidária e Educação junto ao grupo das crianças procurou construir uma perspectiva de educação diferente. Seja desenvolvido pela comunidade interna ou externa da Escola Classe 66 de Ceilândia, os projetos que são desenvolvidos em parcerias, são estimados pela gestão e a coordenação da escola como um elemento importante na relação da escola com a comunidade, e de relevância como orientação para a prática pedagógica do professor e a aprendizagem dos alunos.

Contudo, a prática da educação popular na escola pública, mostra-se importante, pois ela leva em consideração o saber popular desenvolvendo sua prática pedagógica a partir da realidade social do aluno. E, sua dimensão enquanto política e social, é um desafio e uma luta das classes populares em favor de mudanças na sociedade para a superação das desigualdades e injustiças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública, assim, como a sociedade são desenvolvidas a partir dos aspectos social, cultural e econômico. Nesse contexto, a educação deve ser um instrumento de superação das classes populares em busca da transformação da sociedade. É fundamental, que ambas estejam paralelas no contexto da realidade social.

Assim, se incluí a educação popular na escola pública como facilitadora da aprendizagem e da compreensão das classes populares sobre sua realidade e seu convívio social. A educação popular contribui ainda para uma sociedade mais democrática, solidária e cidadã.

A intervenção pedagógica na educação popular engloba as dimensões, social e política. Nesse sentido, o educador tem papel importante como formador de sujeitos conscientes e críticos, com isso, ele não deve se importar apenas com o ensino puramente técnico.

A educação popular é uma alternativa para a escola pública de uma educação para a cidadania, mas ela em si só não é suficiente. É preciso compreender todo o contexto escolar e, principalmente o papel do educador, de tal modo que, compreenda-se a dimensão social e política da educação.

Para a prática da educação popular na escola pública, é fundamental também que se compreenda a dimensão ética do educador, onde sua competência como pessoa humana seria de cumprimento dos seus deveres docentes na perspectiva de uma educação popular.

Na medida em que as classes populares são dominadas e estas não têm o direito de exercer a cidadania, há que se pensar no papel social da escola como um projeto educativo com atuação política e transformadora em busca da conscientização da população, não lhe tirando a necessidade de responsabilidade a fim de ela própria fazer mudanças na sua realidade.

A partir desses desdobramentos podemos considerar que a prática da educação popular no ambiente escolar público é algo que fundamenta o papel social da escola bem como a formação cidadã, e engloba o processo de ensino e aprendizagem voltado para a realidade social, para as necessidades e os interesses dos alunos.

Observa-se a partir das reflexões quanto ao Projeto Economia Solidária e Educação na Escola Classe 66 no Sol Nascente, que os desafios postos sobre a prática da

educação popular no contexto de uma escola pública estão norteados pela compreensão do papel social da educação.

O Projeto Economia Solidária e Educação se desenvolveu como um projeto social na Escola Classe 66 de Ceilândia, todavia, a partir da perspectiva da educação popular pode ser compreendido no âmbito do contexto escolar, como uma forma de formação cidadã.

A partir dessa perspectiva, entende-se o contexto da educação popular e sua essencialidade na escola pública. Compreendendo, assim, o direito dos estudantes de classes populares, formando-os para a cidadania e consciência crítica sobre o sistema dominante.

No entanto, a escola nesse contexto, precisa ter uma relação com a comunidade em busca de parcerias com outras instituições, para o desenvolvimento de programas ou projetos sociais, tendo em vista, a possibilidade de se promover a educação popular no interior de uma escola pública.

PARTE III
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao ingressar no curso de Pedagogia não tinha nem o conhecimento do que é o curso e, hoje saio satisfeita com a minha formação. O curso me proporcionou um enorme prazer em compreender a prática educativa como atuação profissional.

Durante o curso tive oportunidades que contribuíram para minha formação e a minha percepção de mudança social através da educação. Uma dessas oportunidades foi o Projeto Economia Solidária e Educação, onde atuei com as crianças da comunidade do Sol Nascente.

Minha trajetória na UnB até o final do curso foi sempre norteada com a prática social, participando de projetos e programas na universidade. E, isso me trouxe um enorme interesse e motivação de querer atuar com comunidades carentes, instituições sociais e/ou projetos sociais enquanto futura Pedagoga.

As experiências pedagógicas, que tive durante o curso, me fizeram ter uma visão crítica e ativa da educação. A partir de todo o contexto escolar na modernidade e o contexto da sociedade brasileira, penso como futura Pedagoga trabalhar de forma que contribua para a transformação social.

Ressalto que desde o início do curso, pretendia compreender as questões sociais com a educação. No entanto, pude vivenciar isso no Projeto Economia Solidária e Educação e ver que é possível trabalhar pedagogicamente essas questões no contexto da escola pública, que é um espaço profissional qual privilegio como atuação futura.

Assim, concluo que após me formar, pretendo estar concursada trabalhando em escola pública, com objetivos de conscientizar as pessoas para que elas possam mudar suas realidades e a sociedade, seja atuando como professora ou qualquer outro campo profissional.

REFERÊNCIAS

- BARREIRO, Júlio. *Educação Popular e Conscientização*; tradução de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. 3ª ed. SP, Brasiliense. 1984.
- CALBINO, Daniel. *A educação na Economia Solidária: possibilidades para um novo paradigma social*. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 9, n. 12, p. 313-334, jul./dez. 2012.
- DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DEMO, Pedro. *Educação e qualidade*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1985.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação Comunitária e Economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GADOTTI, Moacir. *Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* - 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. 2 ed. rev. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.
- NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. *A extensão*

universitária no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade - Ano IV - n. 7 - Barbacena - julho/dezembro 2011 - p. 119-133.

SAVIANI, Dermeval. *A Pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista com a Diretora da Escola Classe 66 de Ceilândia

1. Nome:
2. Qual a sua formação?
3. Quantos anos de atuação profissional na sua área de formação? E na Escola?
4. Qual foi sua proposta de gestão?
5. Quais são os desafios e as perspectivas da sua gestão?
6. Qual é a história da Escola e quais são suas características principais?
7. Qual a quantidade de profissionais, professores? E alunos?
8. Qual o perfil socioeconômico dos estudantes?
9. Quais os projetos que a escola abrange e como são gerenciadas?
10. Quais os impactos que os programas e/ou projetos da escola tem na vida estudantil?
11. Qual a relação entre a Escola e a comunidade?
12. Sobre o Projeto Economia Solidária e Educação na escola, qual a sua perspectiva e avaliação?

Roteiro da entrevista com a Equipe Pedagógica/Coordenação

1. Nome:
2. Idade (optativo):
3. Qual a sua formação?
4. Quantos de atuação na Escola Classe 66 e quais são as atividades que você desenvolve?
5. Como você vê a gestão da escola?
6. Qual sua visão quanto à participação dos professores nas atividades da Escola? E dos alunos?
7. Qual a relação entre a Escola e a comunidade?
8. Como você vê a importância dos programas e/ou projetos na Escola para os estudantes? E para a comunidade?

Roteiro da entrevista com os alunos do 4º e 5º ano

1. Nome:
2. Idade:
3. O que é a escola para vocês?
4. O que mais gostam na escola?
5. Quais propostas vocês dariam para a escola?
6. Conhecem ou participam de algum projeto na escola? O que faz?

APÊNDICE B

Roteiro do questionário aplicado aos Professores

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Curso: Pedagogia
Aluna: Sabrina Laísse F. Da Silva

QUESTIONÁRIO

1. Nome:
2. Idade (optativo):
3. Qual a sua formação?
4. Quantos anos de atuação na Escola Classe 66?
5. Como você vê a gestão da escola?
6. Qual a relação entre a Escola e a comunidade?
7. Como você vê a importância dos programas e/ou projetos na Escola para os estudantes?
E para a comunidade?